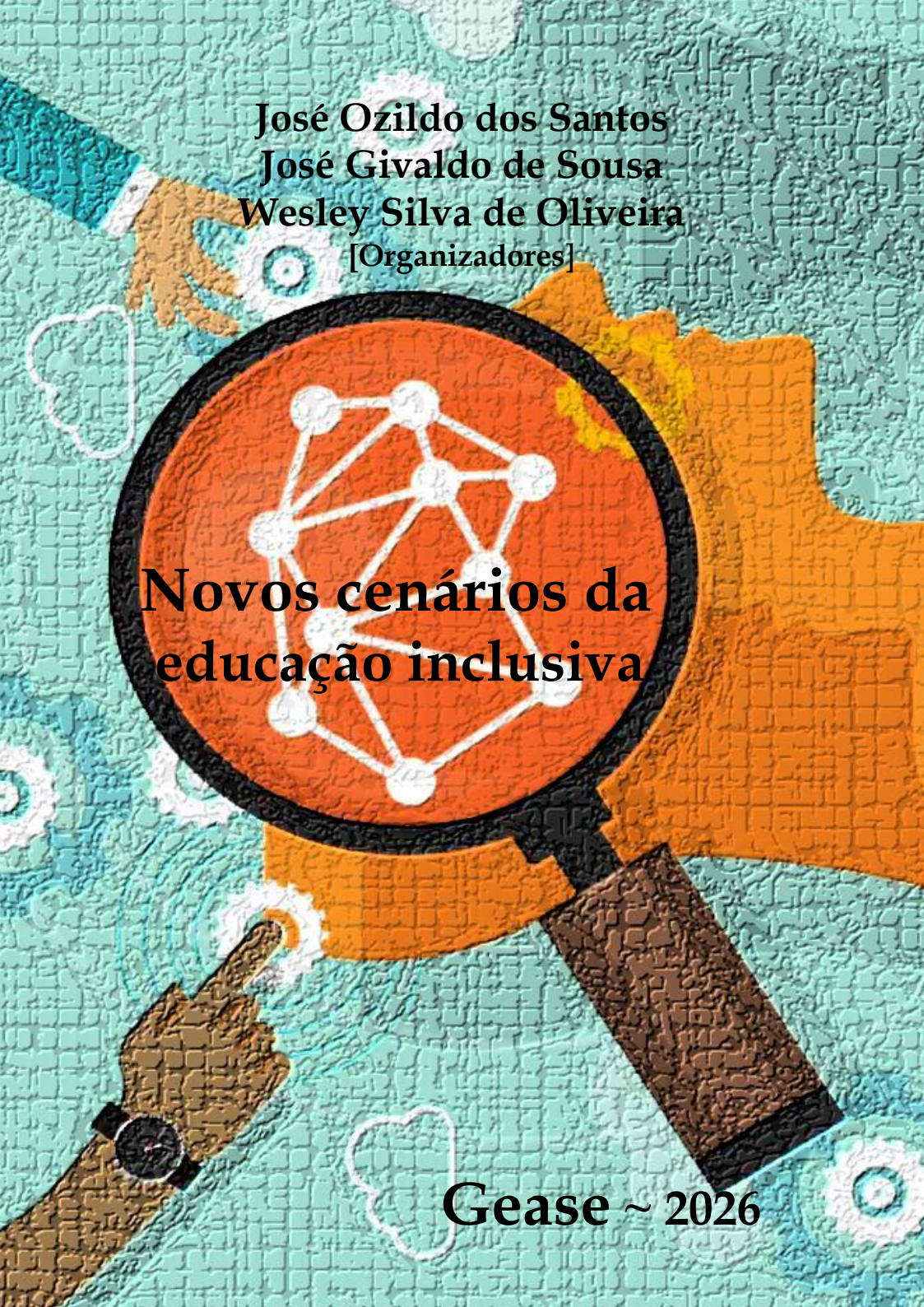
José Ozildo dos Santos
José Givaldo de Sousa
Wesley Silva de Oliveira
[Organizadores]



Novos cenários da educação inclusiva

Gease ~ 2026

José Ozildo dos Santos
José Givaldo de Sousa
Wesley Silva de Oliveira
[Organizadores]

Novos cenários da educação inclusiva

Gease ~ 2026

CONSELHO EDITORIAL

Patrício Borges Maracajá - UFCG
Tatiana Cristina Vasconcelos - UEPB
Ennio Artur Aires Porto Ferreira - UNIFIP
Aline Carla de Medeiros - UFCG
José Ozildo dos Santos - UFCG
Aline Carla de Medeiros - UFCG
José Givaldo de Sousa - UNIP/UNIFIP
Danielly Carneiro de Azevedo - UFCG
Fernando Kidelmar Dantas de Oliveira - UFCG
Jakson Luís Galdino Dourado - UNIFIP
Alecksandra Vieira de Lacerda - UFCG
Silvia Regina Gobbo Rodrigues - UnB
Juliana Roriz Aarestrup - IFMT
Marisa Artmann – IFMT
Ênnyo José Barros de Araújo - FRCG
Samara Campos de Assis - UNIFIP
Rosângela Vieira Freire – IFCE
Eriana Serpa Barreto - UFMT

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER

S471e

Santos, José Ozildo dos (Org.). **Novos cenários da Educação Inclusiva** / José Ozildo dos Santos; José Givaldo de Sousa; Wesley da Silva Oliveira.Campina Grande-PB: GEASE, 2026.

126 p.
ISBN: 978-65-02-06689-8
Livro digital

1. Educação Inclusiva. 2. Educação Especial.
3. Inclusão Escolar. I. Título. II. Autores.

21. ed. CDU: 371

Não há educação fora das sociedades
humanas e não há homem no vazio.

Paulo Freire

Sumário

Apresentação..... 13

Capítulo 1..... 15
Educação Inclusiva: Cenários possíveis
José Ozildo dos Santos
José Givaldo de Sousa
Alisson da Silva Rufino
Mateus José França de Carvalho
Normalena dos Santos Carvalho
Ayrton Felipe dos Santos Maracajá
Robson de Lima Peixoto
Wesley Silva de Oliveira

Capítulo 2..... 37
As pessoas com deficiência e o direito à educação escolar
José Ozildo dos Santos
José Givaldo de Sousa
Alisson da Silva Rufino
Normalena dos Santos Carvalho
Wandra Maria Gonçalves de Souza Bezerra
Ayrton Felipe dos Santos Maracajá
Wesley Silva de Oliveira
Geane Regina de Sousa Santos
Aline Jéssica Gomes Silva

Capítulo 3..... 61
A educação especial na perspectiva inclusiva
José Givaldo de Sousa
José Ozildo dos Santos
Maria Gorette Lacerda Araujo
Bruno Bueno Lima de Sousa
Wesley Silva de Oliveira
Geane Regina de Sousa Santos
Maria Clara de Sousa Santos
Aline Jéssica Gomes Silva

Capítulo 4..... 83
Estratégias para a promoção da educação inclusiva
José Ozildo dos Santos
José Givaldo de Sousa
Leiryston Ivyrson Farias Almeida
Diocelli Lino de Alencar Galdino
Wesley Silva de Oliveira
Maria Gorette Lacerda Araujo
Maria Clara de Sousa Santos
Robson de Lima Peixoto
Ronnylson Cesar de Oliveira Fonseca
Andrezza de Oliveira Franco Santos

Capítulo 5..... 105
As tecnologias digitais aplicadas à

educação inclusiva

José Givaldo de Sousa
José Ozildo dos Santos
Leiryston Ivyrson Farias Almeida
Wesley Silva de Oliveira
Diocelli Lino De Alencar Galdino
Wandra Maria Gonçalves de Souza Bezerra
Mateus José França de Carvalho
Bruno Bueno Lima de Sousa
Ronnylson Cesar de Oliveira Fonseca
Andrezza de Oliveira Franco Santos

Apresentação

José Ozildo dos Santos
Professor universitário

A Educação Inclusiva consolidou-se nas últimas décadas como um dos mais importantes princípios orientadores das políticas educacionais contemporâneas, ao defender o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência e à aprendizagem em ambientes escolares comuns, respeitando-se suas singularidades e necessidades específicas. Mais do que assegurar matrícula de alunos com deficiência nas escolas regulares, a inclusão propõe uma transformação estrutural e cultural da instituição escolar, exigindo mudanças nas práticas pedagógicas, nos currículos, na gestão e nas relações humanas estabelecidas no cotidiano educativo. Nesse sentido, a escola inclusiva deve ser compreendida como um espaço democrático, acolhedor e comprometido com a valorização da diversidade humana.

As transformações tecnológicas vivenciadas pela sociedade contemporânea têm aberto novas possibilidades para a promoção da Educação Inclusiva. O uso de tecnologias digitais e assistivas no contexto escolar vem contribuindo para ampliar a autonomia, a comunicação, a participação e o

desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas.

Ferramentas como leitores de tela, teclados adaptados, softwares educativos personalizados, plataformas acessíveis e dispositivos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) demonstram que a inovação tecnológica pode atuar como importante instrumento de democratização do ensino. Entretanto, para que esses recursos produzam resultados efetivos, é indispensável que estejam integrados a propostas pedagógicas consistentes e ao preparo adequado dos profissionais da educação.

Nesse contexto, emerge a chamada Educação Inclusiva 4.0, marcada pela incorporação de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, realidade virtual, interfaces adaptativas e experiências multissensoriais, capazes de responder dinamicamente às necessidades individuais dos estudantes. Tais avanços indicam que a inclusão educacional tende a ampliar-se ainda mais nos próximos anos, desde que haja investimentos públicos, formação continuada e compromisso ético com a equidade.

O presente trabalho reúne cinco produções acadêmicas que bem mostram como se apresenta a Educação Inclusiva em seus novos cenários no contexto atual. Inicialmente, discutiu-se os cenários possíveis da Educação Inclusiva, mostrando-se o desenvolvimento da Educação Especial Inclusiva.

Em seguida, abordou-se 'as pessoas com deficiência e o direito à educação escolar', oportunidade em que se

apresentou os principais obstáculos que limitam esse direito. O terceiro capítulo tem por título 'A educação especial na perspectiva inclusiva' e nele teve-se a oportunidade de enumerar os principais marcos legais que estruturam a Educação Especial Inclusiva no Brasil, mostrando que seu processo ainda se encontra em construção.

Enquanto ação de transformação, a Educação Inclusiva requer, para seu desenvolvimento e promoção, um conjunto de estratégias, cuja aplicabilidade vai depender da capacidade do professor. É, portanto, esta temática que é abordada no quarto capítulo do presente trabalho.

O último capítulo traz para discussão a utilização de tecnologias digitais na Educação Inclusiva, enumerando os vários benefícios proporcionados por esta interação, mostrando-se que a inovação tecnológica não deve ser compreendida como solução isolada, mas como ferramenta estratégica articulada a uma concepção humanizada de educação.

O presente trabalho possui uma linguagem de fácil compreensão ao mesmo tempo em que proporciona uma boa aprendizagem sobre uma série de questões relacionadas à promoção da Educação Inclusiva em nosso país. É, sem dúvida, algo digno de se ler.

Abril/2026

Capítulo 1

Educação Inclusiva: Cenários possíveis

José Ozildo dos Santos
José Givaldo de Sousa
Alisson da Silva Rufino
Mateus José França de Carvalho
Normalena dos Santos Carvalho
Ayrton Felipe dos Santos Maracajá
Robson de Lima Peixoto
Wesley Silva de Oliveira

O propósito da Educação Inclusiva

Na atualidade, a Educação Inclusiva se apresenta como sendo um tema recorrente em inúmeros projetos e em diferentes políticas públicas, fomentando "discussões e afetando o sistema de ensino em todos os níveis na atualidade no Brasil e no mundo" (LIMA; ARAÚJO, 2025, p. 2206).

Se antes era uma temática presente nas discussões cotidianas entre professores e gestores escolares, hoje, mais do que nunca, a Educação Inclusiva – que já ultrapassou os limites da escola – é tema abordado e valorizado em vários cenários da sociedade, fato que contribui para sua ampliação e, ao mesmo tempo, para fortalecer os direitos humanos, visto que todos os esforços nesse sentido configuram-se como sendo valorização da dignidade da pessoa humana.

A sociedade consciente absorve as concepções inclusivas e torna-se um espaço de todos, mais harmônico e igualitário. Partindo deste princípio, Silveira (2021, p. 37) afirma que "a partir do momento que o mundo realmente for inclusivo, as nações serão desenvolvidas, com respeito ao próximo, fazendo com que todos sejam iguais, na forma da lei e no convívio diário". Diante disto, percebe-se que "a Educação Inclusiva deve ser mais que um direito, tornando-se efetiva em sua implantação".

Na concepção de Moraes (2017, p. 11), a Educação Inclusiva representa "o processo educacional que visa a desenvolver, em cada cidadão, consciência solidária e atitudes concretas que o tornem um agente social compromissado com a qualidade de vida de quem está ao seu lado".

Entretanto, para Conte e Habowski (2021, p. 1390):

> A Educação Inclusiva é aquela que oferece um ensino (re)contextualizado às diferenças e às necessidades de cada estudante e não deve ser vista como uma ação pedagógica isolada, compartimentalizada, mas como parte do sistema regular de ensino, ou seja, sendo

> coordenada por ações dialógicas e projetos interdisciplinares.

O papel da Educação Inclusiva é garantir que todas as pessoas sejam acolhidas no sistema de ensino, sem nenhum tipo de barreira ou obstáculos firmados na cor, na classe social ou até mesmo nas condições físicas e/ou psicológicas. É uma modalidade educativa que literalmente abre as portas da escola para todos, garantindo-lhes a permanência e uma educação produtora de aprendizagem.

É importante ressaltar que a definição de Educação Inclusiva ainda é motivo de amplos debates, pois há diferentes concepções, perspectivas divergentes e interpretações variadas sobre seu significado. Trata-se de uma prática que não se configura apenas como uma alternativa dentro da Educação Especial, nem se restringe exclusivamente às pessoas com algum tipo de deficiência; ela envolve abordagens próprias e objetivos específicos que a distinguem (BUSATTA; CERUTTI, 2023).

A Educação Inclusiva deve ser desenvolvida por meio de "propostas pedagógicas que visem assegurar as condições de acesso e participação de todos os estudantes no ensino regular" (MACHADO; MANTOAN, 2020, p. 120). Parte do processo educativo, a Educação Inclusiva encontra-se em constante evolução. Dissertando sobre este processo, Lima e Araújo (2025, p. 2214) afirmam que:

> A Educação Inclusiva está sendo identificada como uma *'nova referência'*, que se apresenta pelo respeito à diferença como situação a ser considerada, pois faz bem à escolarização de todos os seres humanos, pelo respeito aos variados modos de se aprender e pela teoria de diferentes práticas pedagógicas, o que requisita a quebra com o instaurado na sociedade e, por consequência, nas sistemáticas de ensino.

Enquanto ação humana, a Educação Inclusiva não pode ser negligenciada. Isto porque ela é algo que contribui para a melhoria da própria sociedade. No ambiente escolar, ela não só deve estar presente como deve ser fortalecida, estimulada e promovida, visto que representa algo que realmente contribui para o desenvolvimento do processo educativo.

Na concepção de Silveira (2021), a sociedade deveria ser, por natureza, um espaço de ampla inclusão, no qual as diversas atividades do cotidiano são realizadas com o apoio e a participação das pessoas. No entanto, essa não é a realidade, pois a exclusão ainda se manifesta em diferentes dimensões, como a social, a cultural, a digital e a racial, entre outras. Assim, a inclusão ainda não é uma prática efetivamente adotada por grande parte da sociedade.

É fundamental que a inclusão comece no ambiente escolar, já que a escola se configura como um espaço democrático, onde diferentes sujeitos podem atuar como agentes multiplicadores de ideias e levar essas práticas tanto para dentro quanto para fora da instituição. A Educação

Inclusiva, nesse sentido, consolida-se como um direito à diversidade dos estudantes, além de representar uma importante ferramenta para transformar a escola em um ambiente mais participativo e acolhedor.

A Educação Inclusiva não se limita à ampliação da acessibilidade para estudantes com deficiência; ela implica na transformação de conteúdos, práticas pedagógicas e estruturas educacionais, de modo a possibilitar que todos os alunos aprendam em conjunto, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais, emocionais, linguísticas ou de qualquer outra natureza (CRISCOULLO et al., 2025).

Entretanto, promover a Educação Inclusiva não é algo fácil, como já demonstrado. É preciso um trabalho planejado e uma mudança completa na escola.

Dissertando sobre como a Educação Inclusiva pode ser promovida, Jesus e Santos (2021) ressaltam que é necessário fazer com que a educação seja realmente para todos, reconhecendo que ninguém é igual a ninguém e que cada diferença deve ser compreendida como uma diversidade a ser trabalhada, respeitando-se os limites individuais.

É oportuno lembrar que a inclusão sob o paradigma de educação para todos "surge como um novo olhar sobre as questões educacionais. Não mais o estudante tem que apresentar uma prontidão para estar na escola, mas a própria escola é chamada a ver que ela pode causar algum empecilho ou dificuldade de integração das diferenças de aprendizagem" (CARVALHO; NAUJORKS, 2006, p. 2).

Certo é afirmar que, no contexto escolar, a inclusão deve ser promovida por meio do trabalho em grupo, caracterizado pela troca de experiências, construindo valores e socializando o conhecimento.

Ainda de acordo com Silveira (2021, p. 21), "a inclusão em sua totalidade deve abranger a adaptação de espaços físicos de acordo com os perfis de alunos que a instituição de ensino possua, preparação constante de professores e profissionais de educação através de formação permanente e capacitação continuada".

Para que ocorra uma Educação Inclusiva mais efetiva, o importante é capacitar não somente o professor, mas toda a comunidade escolar, "respeitando os princípios dos pilares éticos, sociais e normativos de cada realidade. Sendo necessário que a escola encontre alternativas práticas, construídas e dialogadas para incluir efetivamente" (GONÇALVES; GONÇALVES; FIRME, 2016, p. 866).

Em resumo, para promover a inclusão, a escola precisa mudar por completo. Adequar-se fisicamente. Repensar suas práticas docentes. Capacitar seus professores, como também todos aqueles que, de forma direta ou indireta, estão ligados ao processo educativo.

É preciso deixar claro que, sem a participação de todos os atores da comunidade escolar, não há como falar em inclusão. Esta, na sociedade, necessariamente, precisa ocorrer de todas as suas formas: digital, social, cultural, financeira, etc.

A inclusão escolar na atualidade

No Brasil, existe um grande arcabouço jurídico voltado para a promoção da inclusão, em todos os aspectos da sociedade. E esse apoio jurídico começa pela própria Constituição Federal vigente, que assegura a todos o direito de participar da sociedade, de forma ativa, fato que se traduz no direito de igualdade, valorizando a pessoa humana.

É importante ressaltar que esta concepção não poderia ser diferente, simplesmente porque a atual Constituição Federal tem por epicentro a dignidade da pessoa humana, influenciando assim todo o ordenamento jurídico pátrio, permitindo que um conjunto de leis fosse sancionado, criando uma verdadeira estrutura de apoio à inclusão, refletindo, ou melhor, fortalecendo, consequentemente, a Inclusão Escolar (SANTOS et al., 2024).

Depois da Constituição Federal, um importante instrumento legal que privilegiou a Inclusão Escolar foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/1996, abrindo espaços para o fortalecimento da Educação Especial, proporcionando um melhor acolhimento dos alunos com deficiência por parte da escola.

No entanto, a instituição da Inclusão Escolar não foi algo fácil. Abordando esse processo, Santos et al. (2024, p. 36) destacam que:

> Na prática, houve um verdadeiro processo histórico de construção. E, através dos anos, foi possível

> aperfeiçoar os métodos criados para a promoção daquilo que atualmente denomina-se Educação Inclusiva. Um dos pontos positivos registrados nesse longo processo foi a mudança do foco, que antes era direcionado para a deficiência e, atualmente, volta-se para o indivíduo, procurando compreender suas particularidades.

Quando se analisa a citação acima, percebe-se a dimensão do avanço registrado na sociedade brasileira, no que diz respeito à inclusão, principalmente, em relação à Inclusão Escolar, possibilitando a mudança do foco, revelando, em respeito aos pilares da Constituição Federal vigente, que todo o processo atualmente volta-se para o indivíduo, enquanto pessoa humana, reconhecendo que suas limitações não podem [e nem devem] ser utilizadas como obstáculos ao acesso à sociedade em sua plenitude.

Entretanto, apesar de todos os avanços registrados, "em pleno século XXI, a Inclusão Escolar ainda é um processo que encontra-se em construção" (SANTOS et al., 2024, p. 36). Nesse sentido, esclarecem Conte e Habowski (2021, p. 1395) que:

> A inclusão escolar é sinônimo de (re)conhecimento do outro e valorização das diferenças humanas enquanto condição ontológica do ser, uma realidade que vem ganhando força pelo papel fundamental nas apropriações do convívio social das últimas décadas e está inserida no conjunto cultural das diversas modalidades educacionais.

A inclusão escolar vai além da simples integração, pois não se restringe à inserção do estudante na sala de aula. Ela exige a promoção de sua participação efetiva em todas as dimensões da vida escolar, por meio de uma constante reorganização voltada ao atendimento das diversas necessidades dos educandos. Para isso, são necessárias transformações na escola, nas políticas educacionais e na formação dos professores.

De acordo com Massaroni et al. (2025, p. 4):

> A inclusão escolar pode ser compreendida como sendo a construção de um sistema educacional que faz o reconhecimento e valorização das diferenças independentemente de suas especificidades, dando o direito de participação plena do ambiente escolar, conseguindo usufruir o currículo, metodologias e as avaliações que levem em consideração o que realmente precisam para seu desenvolvimento.

Com base na citação acima, verifica-se que seus autores destacam três elementos centrais da inclusão: currículo, metodologias e avaliações. Esses três componentes são fundamentais porque revelam que a inclusão não se limita à presença do aluno em sala de aula, mas exige adaptação do processo pedagógico. Ou seja, não é o estudante que deve se ajustar rigidamente ao sistema, mas o sistema que deve ser reorganizado para responder às diferentes necessidades de aprendizagem.

Comentando os fatores que limitam a Inclusão Escolar, Santos et al. (2024, p. 19) ressaltam que:

> A inclusão escolar parte do princípio de que todos são iguais em direitos, podendo usufruir em igualdade de tudo que aqui é oportunizado à sociedade, seja pelo poder público e/ou pela iniciativa privada. Assim, na escola, deve haver espaços para todos, em igualdade, respeitando-se todas e quaisquer diferenças.

A inclusão escolar tem como objetivo afirmar que as diferenças humanas são naturais, ao mesmo tempo em que reconhece que a escola ainda reproduz desigualdades, sendo necessária uma transformação que assegure aos estudantes uma educação de qualidade.

De uma maneira bem direta, Martins, Santos e Santos (2021, p. 45-46) destacam que:

> A inclusão leva o ser humano a uma reflexão. Para que a inclusão ocorra em seus diferentes níveis, é necessário que haja uma compreensão quanto à fragilidade humana, mostrando-se que cada um deve procurar compreender/aceitar/valorizar o outro como, de fato, ele é. Esta seria, sem dúvida, uma concepção que cada um deveria ter sobre o termo inclusão.

Para que a inclusão aconteça de fato, é fundamental uma compreensão integral do ser humano, considerando também suas fragilidades. Além disso, ao promover uma

inclusão plena, passa-se a compreender, aceitar e valorizar cada indivíduo em sua totalidade.

É importante ressaltar que a inclusão deve ser entendida como um processo contínuo, no qual as escolas precisam revisar suas práticas pedagógicas, flexibilizar os currículos e desenvolver estratégias que valorizem as diferenças. No Brasil, a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** atua como referência, embora sua implementação ainda dependa das condições específicas de cada rede de ensino.

Superando os desafios da Inclusão Escolar

O processo de promoção da Educação Inclusiva, necessariamente, passa pela superação dos desafios da Inclusão Escolar. É oportuno reconhecer que, apesar de todo o avanço registrado no cenário jurídico que dá sustentação à Educação Inclusiva, a inclusão em si ainda enfrenta vários desafios.

Na opinião de (MASSARONI et al., 2025, p. 4):

> A inclusão escolar precisa ser a base da educação e se encontra atualmente como sendo um dos principais desafios e avanços das políticas educacionais do mundo contemporâneo, sendo um processo que busca assegurar o direito de todos os educandos de acesso, permanência, participação e aprendizagem no ambiente da escola, independentemente das condições cognitivas, físicas, sociais e sensoriais.

A ascensão da inserção de pessoas com deficiência no âmbito escolar tem impulsionado os profissionais da educação a buscarem mais conhecimentos por meio da chamada formação continuada. Tais esforços permitem que os profissionais da educação conheçam "as formas e maneiras de aprender dessas pessoas e, com isso, as próprias limitações e possibilidades de aprendizado". Ademais, a troca de experiências facilita o entendimento de que "cada aluno possui suas particularidades e tempo de aprendizado diferente" (GONÇALVES; GONÇALVES; FIRME, 2016, p. 867).

Ressaltam Conte e Habowski (2021, p. 1398) que:

> Os desafios da inclusão, em termos de acessibilidade sociocultural ou vulnerabilidade para os que possuem algum tipo de deficiência, são ilustrados nas charges em circulação nas redes sociais, indicando uma perspectiva mais operacional e enquadrada do que experimentamos na atualidade.

É preciso mudar a realidade acima descrita para que realmente a Inclusão aconteça. Em outras palavras, é necessário uma mudança sociocultural por parte da sociedade. Não basta apenas um belo discurso. São necessárias práticas conscientes. E nisto, a escola possui um papel importante. Sem uma educação de qualidade, sem uma educação que valorize as diferenças, sem uma educação com responsabilidade, não haverá inclusão plena.

Diante desta necessidade, a escola precisa focar-se na formação integral do ser humano. No entanto, se as

dificuldades enfrentadas pelas escolas em relação à inclusão não forem identificadas e superadas, os alunos poderão sofrer prejuízos incalculáveis ao longo de suas vidas (JESUS; SANTOS, 2021).

Para reduzir ou até mesmo superar os obstáculos no processo de promoção da Inclusão Escolar, a escola pode "apresentar uma proposta de educação mais dinâmica e interdisciplinar para o desenvolvimento humano em suas múltiplas possibilidades e deficiências" (CONTE; HABOWSKI, 2021, p. 1407).

A Inclusão Escolar é um tema essencial na educação e tem se tornado cada vez mais central no processo educativo. Ela vai além da simples presença física de estudantes com necessidades especiais na sala de aula, envolvendo também a consideração de suas demandas específicas no contexto da escola regular. Nesse sentido, é fundamental garantir condições pedagógicas, físicas, tecnológicas e socioafetivas adequadas para todos os alunos matriculados, assegurando que possam aprender e avançar em seus estudos de acordo com suas capacidades (MASSARONI et al., 2025).

Ainda segundo Conte e Habowski (2021, p. 1408), para bem promover a Inclusão Escolar:

> Primeiramente, é fundamental acolher, acompanhar e atender cada estudante de perto, valorizando as suas próprias possibilidades e processos de construção individuais, em contato e interação com o coletivo, que também se desenvolve com a promoção da autoconfiança e da autoestima solidária da professora,

> em suas observações cotidianas, leituras e desafios lançados ao grupo de estudantes colaborativamente.

Para a promoção de Inclusão Escolar, é necessário haver uma perspectiva pedagógica centrada no acolhimento, no acompanhamento individualizado e na valorização das singularidades dos estudantes. Tais aspectos devem ser articulados com a convivência coletiva e colaborativa em sala de aula. Na Inclusão Escolar, deve-se reforçar a importância de uma prática pedagógica reflexiva, colaborativa e sensível às diferenças.

Destacam Gonçalves; Gonçalves e Firme (2016, p. 868) que:

> O princípio da inclusão que, cada vez mais, se estabelece na sociedade é fundamental para que os alunos não sejam apenas aceitos nas escolas, mas que estas lhes assegurem sua permanência e sua efetiva participação nas aulas e demais atividades escolares, objetivando o seu desenvolvimento. A evidência está na mudança da educação comum, na adequação, nas percepções e nas práticas pedagógicas tradicionais, suprimindo, desta forma, os impedimentos que limitam o aprendizado dos discentes.

Com base na citação em epígrafe, para se promover inclusão escolar, não basta a simples matrícula do aluno na escola: é necessário garantir sua permanência, participação ativa e o seu desenvolvimento integral no processo educativo. Em outras palavras, existe a necessidade da transformação da

educação comum por meio da adaptação de práticas pedagógicas e da superação de barreiras, que limitam a aprendizagem. Esta é a perspectiva contemporânea de educação inclusiva.

De acordo com Massaroni et al. (2025, p. 4): na inclusão, desafios ainda persistem, como:

i. Dificuldade na formação continuada do educador.
ii. Escassez de material adaptado,
iii. Falta de acessibilidade,
iv. Falta de profissionais especializados,

Embora haja um crescimento na conscientização sobre a importância da inclusão escolar, ainda permanecem práticas de segregação e exclusão. Isso ocorre quando o estudante é matriculado, mas não recebe o suporte necessário para participar das atividades escolares de forma significativa, considerando suas especificidades.

O futuro da inclusão escolar aponta para a adoção de práticas pedagógicas fundamentadas em metodologias ativas, no uso de tecnologias assistivas, em currículos mais flexíveis e no fortalecimento do trabalho colaborativo entre educadores, famílias e a comunidade escolar. Parte-se do entendimento de que a inclusão não é apenas uma meta a ser alcançada, mas um processo contínuo, que exige constante revisão e aperfeiçoamento (MASSARONI et al., 2025).

Os desafios para a inclusão escolar na educação contemporânea ainda são significativos, evidenciando lacunas que precisam ser superadas para que o atendimento à diversidade presente em sala de aula se efetive de fato. Entre

esses obstáculos, destacam-se a falta de tempo e de suporte educacional adequado para a realização de adaptações inclusivas de maneira eficaz. Nesse contexto, torna-se indispensável refletir não apenas sobre o conceito de inclusão, mas também sobre como colocá-la em prática nos ambientes escolares, considerando as desigualdades existentes, as condições de trabalho dos educadores e a realidade dos estudantes.

Ainda de acordo com Massaroni et al. (2025, p. 4):

> O cenário contemporâneo da inclusão escolar reflete avanços significativos e desafios persistentes. Nas últimas décadas, observou-se uma ampliação do acesso de estudantes com deficiência às escolas regulares. Entretanto, a presença física não garante, por si só, a efetivação da inclusão. Pesquisas recentes apontam que o panorama atual exige uma análise crítica da qualidade do atendimento, da formação docente e da infraestrutura das instituições.

Para que haja uma maior e melhor promoção da Educação Inclusiva é essencial investir na formação de uma equipe técnica qualificada, preparada para atender às necessidades educacionais de cada estudante, bem como na melhoria da infraestrutura, a fim de garantir que esse aluno esteja efetivamente incluído em todos os espaços e processos da instituição de ensino em que está matriculado (BUSATTA; CERUTTI, 2023).

Diante desta necessidade, é fundamental que as escolas, enquanto responsáveis pela legitimação da prática pedagógica e pela formação dos educandos, superem o modelo de ensino homogêneo e adotem estratégias voltadas à aprendizagem de todos. Como existe a necessidade de se assegura o direito de aprender a cada aluno, torna-se necessário que a escola adote tais estratégias que considerem as particularidades individuais de seus discentes. Quanto aos professores, a escola precisa valorizar a experiência e a criatividade destes, investindo também em uma formação continuada que os preparem para a atuação em sala de aula, de forma que esteja a mais inclusiva possível.

Considerações Finais

Apesar de ser obrigatória, a Educação Inclusiva ainda está em estágio inicial. Através da realização do presente estudo, pode-se perceber que fatores como a formação insuficiente dos professores, a falta ou limitada disponibilidade de recursos humanos e materiais, a inadequação dos espaços e as políticas que não atendem às demandas reais são os principais obstáculos para a ampla efetivação da Educação Inclusiva.

Embora no Brasil o arcabouço legal seja robusto, tornando a Educação Inclusiva obrigatória, reconhece-se que a implementação prática enfrenta desafios profundos que a mantêm em uma fase inicial ou de transição.

Pode-se constatar que os principais fatores que travam a educação inclusiva são, de fato:

i. formação inadequada dos professores;
ii. escassez de recursos humanos e materiais;
iii. espaços inadequados
iv. políticas e gestão.

Na realidade, falta de preparo tanto na formação inicial dos professores quanto na continuada para lidar com a diversidade e com necessidades específicas, realidade que demonstra a urgente necessidade de capacitação em estratégias pedagógicas inclusivas.

Na maioria das escolas faltam cuidadores, intérpretes de LIBRAS e professores de apoio. Tudo isto aliado à ausência de materiais didáticos adaptados e de tecnologias assistivas. Para aumentar ainda mais o problema, muitas escolas carecem de acessibilidade física básica (rampas, banheiros adaptados, elevadores) e de salas de recursos multifuncionais equipadas, tornando difícil promover a inclusão tão necessária.

Na maioria das escolas brasileiras, existe outra necessidade urgente. Em tais espaços educativos, precisa-se '*desinstitucionalizar*' o preconceito e garantir que as diretrizes nacionais sejam colocadas em prática.

Apesar destas necessidades, é preciso reconhecer que no Brasil a Educação Inclusiva já registrou significativos avanços. Houve aumento na matrícula de alunos com deficiência em salas de aula regulares. A valorização da Educação Inclusiva pela sociedade também cresceu. No entanto, o ritmo de formação de professores ainda é lento

quando comparado à demanda e isto tem contribuído para dificultar a promoção da Educação Inclusiva na atualidade. Ademais, pesquisas também indicam que a pandemia de COVID-19 intensificou as desigualdades no acesso à educação, impactando sobretudo estudantes em situação de vulnerabilidade, incluindo aqueles com deficiência.

Referências

BUSATTA, Camila Aguilar; CERUTTI, Elisabete. O cenário atual da educação inclusiva: Reflexões sobre a intersecção junto às tecnologias assistivas na educação regular. **Revista Vivências,** v. 19, n. 39, p. 113-130, jul.-dez., 2023.

CARVALHO, Renata Corcini; NAUJORKS, Maria Inês. Representações sociais: dos modelos de deficiências a leitura de paradigmas educacionais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 1-8, 2006.

COELHO, Caroline Pugliero; SOARES, Renata Godinho; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; ROEHRS, Rafael. Educação especial inclusiva: histórico legislativo e contexto escolar, diálogos necessários. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 1, p. 441-458, jan.-abr., 2023.

CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano. Educação inclusiva: diferentes configurações, olhares e mundos possíveis. **Revista Diálogo Educativo**, v. 21, n. 70, p. 1388-1412, jul.-set., 2021.

CRISCOULLO, Lia Constantino; COTA, Elisa Braz; VILELA, Bianca Olímpio; RODRIGUES, Iolanda Costa; GUIMARÃES,

Gláucia Rodrigues; CRUZ, Thalita Karla Flores. Educação inclusiva: desafios e possibilidades**. SciELO Preprints**, p. 1-21, 2025.

GONÇALVES, Wellington; GONÇALVES, Verana Maria Fornaciari; FIRME, Lilian Pittol. Formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência auditiva: um estudo no Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 93, p. 866-889, out.-dez., 2016.

JESUS, Marleide Mateus de; SANTOS, Catiana Nogueira dos. A formação humana e seus desafios na educação inclusiva. III Congresso Internacional e V Congresso Nacional de Movimentos Sociais & Educação, Salvador, 25 a 28 de agosto de 2021. **Anais**...

LIMA, Neuzângela Maria Diniz; ARAÚJO; Francisco Roberto Diniz. A educação inclusiva no cenário atual. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 2205–2221, 2025.

MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação e inclusão, entendimento, proposições e práticas**. Blumenau-SC: Edfurb, 2020.

MARTINS, Francisco das Chagas; SANTOS, José Ozildo dos; SANTOS Rosélia Maria de Sousa. Marcos da inclusão escolar no Brasil. In: MARTINS, Francisco das Chagas Costa (Org.). **Educação, sociedade & inclusão**. Campina Grande-PB: GEADES, 2021.

MASSARONI, Bruna Santos; BAUTZ, Thiemerson de Paula; MENDES, Sergio Ricardo Moura; FERREIRA, Rosilene Picanço; SALAZAR, Emerença Souza; PONTES, Anélia da Silva; PONTES, BALIEIRO, Ilma Corrêa; MEDEIROS, Cintia Gurgel de. Desafios e possibilidades da inclusão escolar no contexto da educação contemporânea, **Revista Foco**, v. 18, n. 10, e10104., p. 114, 2025.

MORAES, Louise. A educação especial no contexto do Plano Nacional de Educação. **Série PNE em Movimento**, n. 6, p. 48-48, 2017.

SILVEIRA, Jader Luís da. **Educação inclusiva na prática reflexões sobre o cenário atual.** Formiga-MG: UNIESMERO, 2021.

Capítulo 2

As pessoas com deficiência e o direito à educação escolar

José Ozildo dos Santos
José Givaldo de Sousa
Alisson da Silva Rufino
Normalena dos Santos Carvalho
Wandra Maria Gonçalves de Souza Bezerra
Ayrton Felipe dos Santos Maracajá
Wesley Silva de Oliveira
Geane Regina de Sousa Santos
Aline Jéssica Gomes Silva

A pessoa com deficiência enquanto sujeito titular de direitos

Na literatura especializada, é possível encontrar inúmeros conceitos para a expressão *'pessoa com deficiência'*. Entretanto, todos eles foram construídos levando em

consideração a valorização da dignidade da pessoa humana, que é considerada o epicentro da atual Constituição Federal brasileira. Em decorrência deste princípio, não se pode negligenciar a assistência que alguém com deficiência necessita e nem tão pouco ignorar que o mesmo é um sujeito titular de direitos, ou melhor, não se pode ignorar que alguém com deficiência é um cidadão como qualquer outra pessoa.

Assim, enquanto ser humano, a pessoa com deficiência é um sujeito titular de direito. E, em reconhecimento aos princípios constitucionais, deverá ser sempre visto e reconhecido como um cidadão ou cidadã. No Brasil, existe todo um sistema de proteção direcionado para a pessoa com deficiência, criado com o fim exclusivo de garantir que esta pessoa tenha acesso à sociedade e a tudo que nesta exista, de maneira igualitária às chamadas pessoas sem deficiência.

O próprio governo brasileiro, objetivando promover e garantir os direitos da pessoa com deficiência, diz que:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 8).

Quando se analisa o conceito apresentado acima, percebe-se que ele evidencia não somente uma compreensão

contemporânea relativa à inclusão da pessoa com deficiência, como também reconhece que a própria deficiência não se resume apenas a uma limitação individual. Barreiras existentes na sociedade também constituem impedimentos para toda e qualquer pessoa com deficiência.

Tratando das pessoas com deficiência, Nishiyama (2020, p. 64) chama atenção para o seguinte fato:

> Quando se fala em pessoas com deficiência, há uma multiplicidade de situações, o que acarreta necessidades distintas. O direcionamento educacional para um surdo, por exemplo, não pode ser o mesmo para um cego. A abordagem educacional para uma pessoa com transtornos do espectro do autismo é diferente para alguém com esquizofrenia. Essa diversidade de necessidades especiais leva à utilização de práticas didáticas e recursos diferentes para tornar a vida das pessoas com deficiência menos dificultosa e para que possam ter acesso ao conhecimento.

Percebe-se que o universo das pessoas com deficiência é marcado pela diversidade, o que exige o reconhecimento de necessidades específicas e respostas educacionais individualizadas. Deve-se ressaltar que não existe um modelo único de inclusão capaz de atender adequadamente todos os estudantes, pois cada condição demanda estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e formas de comunicação distintas. Assim, enquanto uma pessoa surda pode necessitar de Libras e apoio visual, uma pessoa cega

depende de materiais em Braille ou tecnologias assistivas, e estudantes com transtornos do espectro autista ou outros transtornos psíquicos, requerem abordagens próprias de acompanhamento e mediação. Essa compreensão reforça a importância de práticas educacionais flexíveis e personalizadas, voltadas para garantir acesso ao conhecimento, autonomia e participação plena no ambiente escolar.

É importante ressaltar que múltiplas particularidades encontram-se relacionadas às pessoas com deficiência. E, se tais particularidades não forem reconhecidas, dificilmente a pessoa com deficiência se sentirá incluída na sociedade.

Por outro lado, deve-se ressaltar que alguns questionamentos têm sido levantados quando se refere às pessoas com deficiência. Questiona-se, inclusive, qual seria o termo corretamente aceitável para se referir a esse público. Assis e Carvalho-Freitas (2014), por exemplo, consideram obsoletos os termos '*deficiente*' e '*portador de necessidades especiais*'. Por outro lado, Santos; Macedo e Oliveira (2020) ressaltam que é inadequado o uso da expressão '*portadora de deficiência*'.

Na realidade, o que deve fazer é reconhecer que tais indivíduos são, acima de tudo, pessoas humanas, que necessitam se sentir inseridas na sociedade. Quanto à forma de como deve se referir a tais sujeitos, a expressão correta é '*pessoa com deficiência*' [abreviada pela sigla PcD], visto que se encontra em consonância com o estabelecido pelos documentos oficiais, legislações e organismos internacionais,

como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). E, recentemente, pelo Decreto Nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Em resumo, a expressão 'pessoa com deficiência', coloca a pessoa em primeiro lugar, reconhecendo sua identidade humana antes da condição. Nesse sentido, a deficiência é apenas uma característica, não a definição do indivíduo, que deve ser sempre reconhecido como um sujeito titular de direitos como outra pessoa qualquer. Há, pois, de se imperar o princípio da igualdade, que se traduz em harmonia na sociedade.

A pessoa com deficiência: Vencendo os desafios no contexto escolar

Embora exista um verdadeiro sistema de proteção direcionado à pessoa com deficiência, a vida dessa pessoa na sociedade brasileira ainda é muito dificultada. Isto porque a percepção social acerca da deficiência ainda permanece marcada por estereótipos que a vinculam à incapacidade, configurando-se como práticas capacitistas. Essa compreensão reducionista dificulta a inserção no mercado de trabalho e a ascensão profissional dessas pessoas, limitando seu desenvolvimento laboral e sua plena participação na sociedade (BRAGA; SILVA; SANTOS, 2023).

A realidade vivida pela pessoa com deficiência no contexto escolar também não é diferente: existem inúmeros desafios a serem superados. Diante disto, torna-se indispensável promover a inclusão escolar de forma responsável e qualificada. Para que isso se efetive, é necessário desenvolver ações educativas voltadas à humanização e à capacitação de todos os integrantes do ambiente escolar, transformando a visão da sociedade e das próprias pessoas com deficiência acerca de si mesmas e do mundo à sua volta.

Buscando compreender por que ainda são vários os desafios que precisam ser superados no processo de promoção da inclusão escolar, Vianna; Feitosa e Barba (2024, p. 3) destacam que ainda na sociedade atual:

> A pessoa com deficiência é considerada com menos valia e suas capacidades não são identificadas pelas outras pessoas em seu entorno. Além disso, são consideradas incapazes de aprenderem, em função de sua deficiência, por profissionais da saúde e educação. Entretanto, o nível de inteligência não é determinado exclusivamente por fatores biológicos.

Acolhendo-se as palavras de Vianna; Feitosa e Barba (2024), percebe-se que ainda existem preconceitos históricos que desvalorizam a pessoa com deficiência, atribuindo-lhe menor valor social e invisibilizando suas potencialidades. Essa visão capacitista faz com que, diversas vezes, muitos indivíduos subestimem as capacidades das pessoas com deficiência, associando, de forma equivocada, a deficiência à

incapacidade de aprender ou de se desenvolver. Contudo, o processo de aprendizagem e o nível de inteligência não dependem exclusivamente de fatores biológicos, mas também das oportunidades oferecidas, dos estímulos recebidos, das interações sociais e das condições educacionais acessíveis.

Na concepção de Oliveira (2021, p. 8), a própria inclusão "trata-se de um desafio a ser enfrentado pela escola convencional, na busca de melhorias na qualidade de educação básica e superior". Logo, "para que os alunos com ou sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, faz-se necessário que a escola aprimore suas práticas a fim de atender às diferenças".

Complementando esse pensamento, Pereira; Souza e Damasceno (2022, p. 19) destacam que:

> [...] as práticas de inclusão escolar, no país, avançam de forma lenta, mas continua. A conscientização sobre a importância de uma educação de verdade inclusa ainda é periódica e desconhece ou ignora, por exemplo, o que acontece ao redor, e a marginalização das diferenças ainda são realidades no ambiente escolar.

Na realidade, a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas brasileiras avançou significativamente nas três últimas décadas. No entanto, ainda existe muita coisa a ser feita. A escola precisa ser mais acessível, aberta e preparada para receber o aluno com deficiência. Ademais, toda a equipe

profissional da escola também precisa está preparada para promover a inclusão escolar.

Dissertando sobre a acessibilidade como instrumento do exercício da cidadania para as pessoas com deficiência, Nishiyama (2020, p. 57) destaca que:

> A vulnerabilidade das pessoas com deficiência é mais nítida no momento em que são excluídas da sociedade por falta de acessibilidade. É o que ocorre quando existem barreiras físicas para o acesso em logradouros e prédios, públicos ou particulares, ou barreiras atitudinais quando a sociedade pensa que as pessoas com deficiência intelectual não têm potencial para aprender na escola regular juntamente com outros alunos.

Obstáculos físicos, comunicacionais, atitudinais, tecnológicos e institucionais podem restringir a participação plena da pessoa com deficiência em diferentes espaços sociais. Essa perspectiva desloca o foco da condição pessoal para a responsabilidade coletiva de promover acessibilidade, inclusão e igualdade de oportunidades, assegurando que todas as pessoas possam exercer seus direitos e participar da vida em sociedade de maneira digna e autônoma.

Dissertando sobre a inclusão escolar das pessoas com deficiência, Oliveira (2001, p. 14) ressalta que:

> Na cena contemporânea, precisamos entender que as pessoas com deficiência são pessoas ativas que buscam o pleno desenvolvimento perante as suas

> necessidades diárias. É fundamental considerar que, antes de tudo, são seres humanos e devem ser tratados como tal, que têm seu valor e que podem e devem realizar seu papel enquanto cidadãos.

Seria por demais importante que esta fosse a única concepção vigente na sociedade sobre as pessoas com deficiência. Pois, trata-se de uma concepção humanizada da deficiência, reconhecendo que as pessoas com deficiência são sujeitos ativos, capazes de buscar autonomia, desenvolvimento pessoal e participação social plena. Ademais, esta concepção representa uma perspectiva que rompe com antigos paradigmas assistencialistas e preconceituosos, que historicamente reduziram essas pessoas à dependência ou à incapacidade.

Ao afirmar que, antes de qualquer condição, as pessoas com deficiência são seres humanos dotados de valor, direitos e potencialidades, Oliveira (2021) reforça a necessidade do respeito à dignidade humana e à cidadania. Dessa forma, cabe à sociedade eliminar barreiras existentes em seu contexto, garantindo oportunidades para que essas pessoas exerçam plenamente seus papéis sociais.

Abordando os desafios enfrentados pela pessoa com deficiência no contexto escolar, Pereira; Souza e Damasceno (2022, p. 20) afirmam que:

> A escola atual precisa se solidificar em situações que atendam o perfil e características de cada estudante, respeitando suas limitações e o nível de cognição e

> partindo de valores éticos e políticos que poderão avalizar e assegurar a dignidade, a identidade, a cultura, a cidadania, partindo de princípios que tenham como foco a metodologia inclusiva.

Percebe-se que, para haver uma verdadeira superação dos obstáculos que limitam a inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar, necessariamente, a escola precisa consolidar práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente no ambiente educacional, reconhecendo as características individuais de cada estudante e respeitando seus diferentes ritmos e formas de aprendizagem. Em outras palavras, a educação precisa fundamentar-se em valores éticos e políticos que garantam dignidade, identidade, cultura e cidadania a todos os alunos. Isso significa compreender que a inclusão não se resume ao acesso à escola, mas envolve a construção de metodologias e estratégias que assegurem participação efetiva e desenvolvimento integral. Assim, uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que valoriza as diferenças como parte do processo educativo e promove equidade nas oportunidades de aprendizagem.

A pessoa com deficiência e o direito à educação

No que se refere à educação das pessoas com deficiência, foi apenas na década de 1970 que a Educação Especial passou a integrar oficialmente a agenda governamental brasileira, com a criação de órgãos específicos

vinculados ao Ministério da Educação. Durante um longo período, sob a influência do paradigma integracionista, crianças e jovens com deficiência foram atendidos em escolas especiais, que funcionavam como substitutas da educação comum. Essas instituições ofereciam uma proposta educacional diferenciada, individualizada e especializada, voltada, entre outros aspectos, ao desenvolvimento de habilidades relacionadas às atividades da vida diária. No entanto, com o tempo, uma nova concepção foi sendo construída, permitindo a valorização da pessoa com deficiência.

Atualmente, no Brasil, a garantia do direito à educação das pessoas com deficiência encontra seus fundamentos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entretanto, há diversos outros documentos normativos que tratam dessa temática, estabelecendo orientações e diretrizes a serem observadas pelas instituições de ensino, com o objetivo de assegurar, em primeiro lugar, os direitos humanos da pessoa com deficiência e, de forma direta ou indireta, o acesso à educação e à acessibilidade.

A partir desses instrumentos norteadores, vários documentos normativos foram elaborados, objetivando promover a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas. Analisando esta situação, Cardozo e Schneider (2021, p. 2) afirmam que:

> O conjunto dos documentos normativos e orientativos revela que, para garantir o direito à educação de qualidade, promover a dignidade, a autonomia, a segurança e o pleno desenvolvimento humano, há diversas orientações e deveres que interferem diretamente na escola, não somente no nível das condições materiais e estruturais, mas também no nível pedagógico.

O amplo arcabouço normativo existente que orienta as práticas educacionais direcionadas às pessoas com deficiência demonstra que promover a dignidade, a autonomia, a segurança e o pleno desenvolvimento humano exige muito mais do que investimentos em infraestrutura física ou recursos materiais. No âmbito pedagógico, é preciso haver currículos inclusivos, metodologias flexíveis, formação docente continuada e práticas que respeitem a diversidade dos estudantes. Quando esses cuidados são observados, a escola passa a ser compreendida como um espaço de garantia de direitos. Ademais, os aspectos estruturais e pedagógicos devem atuar de maneira integrada para assegurar inclusão e aprendizagem significativa para todos.

No cenário internacional, ampliaram-se os debates acerca das pessoas com deficiência e da garantia de seus direitos. Em 13 de dezembro de 2006, foi realizada, em Nova Iorque, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujo propósito consistiu em promover, proteger e assegurar o exercício pleno e igualitário de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais

por todas as pessoas com deficiência, bem como fomentar o respeito à sua dignidade inerente (SANTOS et al., 2024).

O protocolo aprovado durante essa Convenção, no tocante à educação das pessoas com deficiência, dentre outros pontos, estabelece que:

> *- As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;*
> *- As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;*
> *- Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;*
> *- As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;*
> *- Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena* (BRASIL, 2016, p. 39).

O documento-base aprovado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência recomenda a inclusão do estudante com deficiência no ensino regular. Além disso, estabelece que, para viabilizar esse processo, as instituições de ensino realizem as adaptações necessárias, priorizando as demandas do público da Educação

Especial na perspectiva inclusiva e assegurando uma educação de qualidade.

Na condição de país-membro da ONU, o Brasil aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como seu Protocolo Facultativo [ambos assinados em Nova Iorque em 30 de março de 2007], por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008. Posteriormente, esses instrumentos foram promulgados pelo Poder Executivo federal através do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (SANTOS et al., 2024).

Após a incorporação desses instrumentos internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro, o governo federal instituiu, ainda em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o objetivo de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares (COELHO et al., 2023).

Pelo demonstrado, a legislação brasileira vigente tem se fundamentado em tratados e convenções internacionais para tratar das garantias destinadas às pessoas com deficiência, com o objetivo de assegurar-lhes acesso pleno aos direitos civis e à cidadania. Assim, ao se analisar o cenário político relacionado à elaboração das normas que regulamentam a educação inclusiva, facilmente se percebe a forte influência de princípios internacionais na condução dos debates e das práticas adotadas no Brasil (CAMPOS; SÁ; CAMPOS, 2020).

Por outro lado, ao sancionar a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)[1], o Estado brasileiro fortaleceu os direitos da pessoa com deficiência. E fez isto em cumprimento às disposições constitucionais, que asseguram que todos são iguais como cidadãos e sujeitos titulares de direito. Com base na citada lei:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 12).

No entanto, cabe ao Estado, à família, à comunidade escolar e à sociedade assegurar uma educação de qualidade à pessoa com deficiência, protegendo-a de qualquer forma de violência, negligência ou discriminação. Na realidade, o que a citada lei fez foi transcrever integralmente o princípio já estabelecido na Constituição Federal, que universalizou o

[1] Fundamentado na Convenção de Nova York, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) promoveu alterações em dispositivos do Código Civil e do Código de Processo Civil brasileiro. Entre as principais mudanças, destacou-se a revisão do conceito de capacidade legal, afastando a deficiência como motivo automático de incapacidade. Trata-se de um importante avanço jurídico, pois elimina o estigma que associava deficiência à incapacidade (CAMPOS; SÁ; CAMPOS, 2020).

direito à educação, não estabelecendo nenhuma condicionante para o referido acesso.

Recentemente, o governo brasileiro publicou o Decreto Nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, e, regulamentando vários pontos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), preservando todas as garantias para a promoção de um ensino com qualidade à pessoa com deficiência, reconhecendo suas múltiplas particularidades.

Informa Nishiyama (2020, p. 58) que:

> [...] o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece que a acessibilidade à educação é importante instrumento para o exercício da cidadania como direito fundamental. Para tanto, há a necessidade do aprimoramento dos sistemas educacionais, com o objetivo de garantir condições de acesso. Mas não é só isso. Há a necessidade de que a pessoa com deficiência permaneça, participe e aprenda na escola, por intermédio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que possam eliminar as barreiras e permitir a promoção da inclusão plena.

Pelo demonstrado, a acessibilidade educacional é condição indispensável para o exercício da cidadania e para a efetivação do direito fundamental à educação. Nesse sentido, não basta apenas assegurar o ingresso da pessoa com deficiência na escola: é necessário aperfeiçoar os sistemas

educacionais para garantir também sua permanência, participação ativa e aprendizagem significativa. Logo, exige-se a oferta de serviços especializados, recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas. Partindo deste princípio, a inclusão plena somente se concretiza quando a escola se organiza para acolher a diversidade e promover oportunidades reais de desenvolvimento para todos.

Ainda segundo Nishiyama (2020, p. 66):

> Quando se fala em acessibilidade não significa apenas a adaptação dos prédios escolares, mas também do projeto pedagógico e da utilização de tecnologia assistiva. A segregação de escolas ou turmas impede a acessibilidade das pessoas com deficiência à educação. O convívio plural entre os alunos é necessário para o aprendizado, uma vez que a pessoa com deficiência vive em sociedade e faz parte dela.

É preciso compreender que a acessibilidade vai muito além das adaptações físicas nos espaços escolares. Ela também abrange mudanças no projeto pedagógico, nas metodologias de ensino e no uso de tecnologias assistivas que favoreçam a aprendizagem. Logo, na escola, a inclusão não se efetiva apenas com rampas ou elevadores, mas com práticas educacionais capazes de atender à diversidade dos estudantes. Ademais, é preciso reconhecer que a segregação em escolas ou turmas separadas representa um obstáculo à verdadeira inclusão. Pois, limita a convivência e a troca de experiências entre os alunos. O ambiente plural é essencial para o

desenvolvimento acadêmico, social e humano. Assim, quanto mais plural for a escola, melhor ela será para o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Destaca Campos; Sá e Campos (2020, p. 179) que:

> Dentro da escola, a presença da criança ou jovem com deficiência na sala de aula comum deve ser considerada, antes de tudo, como a presença de qualquer aluno, ou seja, antes de tudo é uma criança ou jovem (aluno da escola). Essencialmente, as mudanças inclusivas são mudanças nas concepções sobre a deficiência e as formas de lidar pedagogicamente com ela em termos de oferecer condições de aprendizagem, acessibilidade estrutural, comunicacional e atitudinal.

Na escola, o estudante com deficiência deve ser reconhecido, primeiramente, como sujeito de direitos e integrante pleno da comunidade escolar, e não definido exclusivamente por sua condição. Essa perspectiva rompe com visões excludentes e reforça que a escola precisa reorganizar suas práticas para atender à diversidade humana presente em sala de aula. Nesse sentido, a inclusão não se limita ao acesso físico ao espaço escolar, mas exige transformações pedagógicas, estruturais, comunicacionais e atitudinais que garantam participação e aprendizagem efetiva. Assim, mais do que adaptar o aluno à escola, cabe à escola adaptar-se para acolher todos os estudantes com equidade, respeito e valorização das diferenças.

Necessariamente, a escola deve ser o espaço de todos. Entretanto, ressalta Favero (2004, p. 28) que:

> A escola que se organiza para receber apenas alunos com determinado nível de desenvolvimento intelectual exclui até mesmo pessoas sem nenhum tipo de deficiência ou necessidade educacional especial (são poucos os que terminam o curso na mesma escola); cria situações odiosas de competição entre alunos de uma mesma turma; privilegia tanto a transmissão de conhecimentos que se esquece do desenvolvimento humano; prejudica o futuro pessoal e profissional do indivíduo.

É preciso deixar claro que não existe mais espaço e nem amparo legal para aquele modelo escolar seletivo e excludente, que valorizava excessivamente o desempenho intelectual como critério de permanência e sucesso. Pois, ao organizar-se para atender apenas estudantes que se enquadram em determinados padrões de rendimento, a escola acaba excluindo não somente pessoas com deficiência, mas também muitos alunos considerados '*comuns*', incapazes de acompanhar exigências rígidas e pouco inclusivas. Se a escola adota esta postura, elimina as chances de promover a inclusão.

Considerações Finais

Para as pessoas com deficiência, o direito à educação escolar encontra respaldo constitucional, primeiramente, por que tais pessoas também são sujeitos titulares de direitos. E,

segundo, por que no Brasileiro o direito à educação é universal. Assim, em cumprimento às disposições constitucionais vigentes, a escola deve se adequar para receber todo e qualquer aluno, com ou sem deficiência.

No entanto, deve-se reconhecer que o direito das pessoas com deficiência à educação, tanto na rede pública quanto na privada, depende essencialmente da garantia de acessibilidade, elemento fundamental para o exercício da cidadania. Sem essa condição, não há como se falar em inclusão social ou inclusão escolar. Logo, para se garantir o direito à educação escolar das pessoas com deficiência, deve-se promover a acessibilidade, eliminando-se todos os tipos de barreiras existentes.

A concretização do processo educacional inclusivo não ocorre de forma simples nem imediata, pois envolve múltiplos fatores e exige a reorganização dos sistemas de ensino. Nesse contexto, as políticas educacionais orientadas pela perspectiva inclusiva têm desempenhado papel essencial no avanço das condições de acesso, participação e permanência das pessoas com deficiência nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Embora os textos legais priorizem a garantia do acesso à educação, é necessário que os desdobramentos das políticas educacionais também favoreçam a participação crítica e ativa dos estudantes com deficiência. Além disso, deve-se possibilitar que o público-alvo da Educação Especial assuma papel protagonista, sendo incentivado a defender seus direitos e cumprir seus deveres, de modo a alcançar níveis mais

igualitários de cidadania. Essa é a educação escolar que deve ser proporcionada às pessoas com deficiência.

Referências

ASSIS, Adamir Moreira; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda. Estudo de caso sobre a inserção de pessoas com deficiência numa organização de grande porte. **Revista Eletrônica de Administração**, ed. 78, n. 2, p. 496-528, mai-ago., 2014.

BRAGA, Oliver Daniel Lima; SILVA, Karen Vanessa Nunes Cordeiro e; SANTOS, Ana Patrícia Lima. Pessoa com deficiência e os desafios e soluções para acessibilidade. IX CONEDU - Congresso Nacional de Educação: Educação para a sociedade: Ciência, Tecnologia e Sustentabilidade. João Pessoa - PB, 12 a 14 de outubro de 2023. **Anais**...

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 2015.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência/Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência).** Brasília: Artecom, 2016.

CAMPOS, Regina Célia Passos Ribeiro de; SÁ, Michele Aparecida de; CAMPOS, Ana Célia Passos Pereira. A educação

de crianças e adolescentes com deficiência no contexto das políticas sociais. **Educação e Fronteiras**, v. 10, n. 30, p. 170–184, 2020.

CARDOZO, Raphael Demóstenes; SCHNEIDER, Gabriela. Acessibilidade arquitetônica, deficiência física e o direito à educação. **Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-23, e-18321.084, 2021.

COELHO, Caroline Pugliero; SOARES, Renata Godinho; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; ROEHRS, Rafael. Educação especial inclusiva: histórico legislativo e contexto escolar, diálogos necessários. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 1, p. 441-458, jan.-abr., 2023.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direito à educação das pessoas com deficiência. **Revista CEJ**, n. 26, p. 27-35, jul.-set., 2004.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. O direito das pessoas com deficiência à educação: a acessibilidade como instrumento do exercício da cidadania. **Revista dos Tribunais**, v. 1035, p. 57-73, jan., 2022.

OLIVEIRA, Antonio Eudes Lima de. Pessoas com deficiência e inclusão escolar: um desafio a vencer. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 6, Ed. 05, v. 15, p. 56-72, maio, 2021.

PEREIRA, Mônica Alves de Matos; SOUZA, Aparecida Carina Alves de; DAMASCENO, Allan Rocha. Inclusão de pessoas com deficiência: os desafios da educação inclusiva. **Revista Foco**, v. 15, n. 4, e509, p. 1-22, 2022.

SANTOS, Felipe Pedroso dos; MACEDO, Giovana Tognolo Vilela; OLIVEIRA, Marlisa Ramos de. Empregabilidade das pessoas com deficiência: avanços e perspectivas. **Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais**, v. 6, n. 1, p. 1-8, jan.-jun., 2020.

SANTOS, José Ozildo dos; SOUSA, José Givaldo de; FARIAS, Wescley Alysson Gomes; LIMA, Maria Leane de; CHAVES, Alessandra da Cunha; VASCONCELOS, Kelly Cristina Alves de Araújo; CARVALHO, Mateus José França de; MARACAJÁ, Ayrton Felipe dos Santos; SANTOS, Dhemes Samara Gomes dos. **Atendimento educacional especializado em debate**. Campina Grande-PB: GEASE, 2024.

VIANNA, Taísa de Lima; FEITOSA, Fabio Biasotto; BARBA, Clarides Henrich de. Um estudo de caso em uma escola pública na cidade de Porto Velho. **Cadernos de História da Educação**, v. 23, p. 1-13, e2024-62, 2024.

Capítulo 3

A educação especial na perspectiva inclusiva

José Givaldo de Sousa
José Ozildo dos Santos
Maria Gorette Lacerda Araujo
Bruno Bueno Lima de Sousa
Wesley Silva de Oliveira
Geane Regina de Sousa Santos
Maria Clara de Sousa Santos
Aline Jéssica Gomes Silva

Educação Especial Inclusiva: Conceito e bases teóricas

É inegável a contribuição dada pela Educação Especial na promoção da inclusão escolar e social das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades. Ela se constitui também na garantia do

direito à educação de qualidade para estas pessoas, removendo barreiras, oferecendo suporte personalizado e promovendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de sua clientela.

Enquanto área do conhecimento, a Educação Especial tem como foco "aqueles fenômenos de ensino e aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular" (CARDOSO; LEANDRO, 2015). Em outras palavras, ela direciona-se ao atendimento das pessoas com deficiência, assegurando-lhes a oportunidade de aprender em condições de igualdade com os demais.

Na opinião de Santos et al. (2024a, p. 19):

> [...] o conceito de Educação Especial não é estático. Na realidade, nunca foi. Ele é fruto de um amplo processo de transformações e ainda encontra-se em construção. À medida que o tempo passa, novas concepções são formuladas sobre o processo educativo direcionado às pessoas com deficiência, implicando na revisão de tal conceito.

Em hipótese alguma, a Educação Especial poderia ter um caráter estático. Pois, ela foi '*pensada*' para atender indivíduos com múltiplas necessidades e particularidades que não podem simplesmente ser agrupadas por '*aparências*' ou por similaridades. Enquanto meio de promoção da inclusão escolar, ela precisa fazer uso contínuo da inovação, de metodologias dinâmicas e produtivas, que, de forma direta,

contribuam para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Inúmeros são os conceitos apresentados para a expressão *'Educação Especial'*. No entanto, todas, de forma direta ou indireta, focam-se no desenvolvimento educacional da pessoa com deficiência.

Libâneo, Oliveira e Torchi (2008, p. 365), ao tratarem da estrutura e da organização da Educação Especial enquanto modalidade de ensino, afirmam que esta pode ser definida como sendo:

> [...] a modalidade caracterizada pela oferta de serviços educacionais a crianças ou jovens com necessidades educacionais especiais, em razão de deficiências (física, sensorial ou cognitiva) ou dificuldades de aprendizagem decorrentes de variadas causas.

Por precisar atender às particularidades de seu público, a Educação Especial realiza um trabalho complexo, que exige de seus profissionais especialização, dedicação e, sobretudo, compromisso. Os resultados de suas intervenções não se limitam à formação de um novo educando, mas contribuem, principalmente, para a constituição de um cidadão.

De acordo com Furlan; Cipola e Oliveira Júnior (2018, p. 26):

> A Educação Especial é definida como a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de

> recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria dos outros alunos.

A Educação Especial foi concebida não apenas como uma modalidade de ensino, mas, sobretudo, como um instrumento de promoção da inclusão. Ao mesmo tempo, ela se configura como suporte e como meio de construção do processo educativo formal das pessoas com deficiência, desenvolvendo suas ações por meio da utilização de diversos recursos e serviços.

Esclarece o próprio Ministério da Educação (BRASIL, 2008, p. 7) que:

> A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Constata-se que a Educação Especial possui caráter transversal, visto que pode ser desenvolvida em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. E isto reforça sua importância na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Ela contribui para eliminar barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, promovendo condições de

acesso, permanência e desenvolvimento escolar com equidade e respeito às diferenças.

Santos et al. (2024a, p. 20), ao discutirem os obstáculos enfrentados pelos profissionais que atuam nessa modalidade educativa, ressaltam que:

> Promover a Educação Especial não é uma tarefa simples. Requer, além da adequação do espaço físico da escola, o preenchimento de uma série de outros requisitos, entre os quais, a qualificação do profissional docente e o desenvolvimento de metodologias apropriadas a tal processo de ensino.

Reconhecidamente, não é fácil promover a Educação Especial. É preciso uma completa transformação na escola tradicional. Seus currículos e espaços físicos precisam ser adequados. Suas equipes pedagógicas e de apoio precisam ser qualificadas. Tudo na escola precisa ser adaptado para acolher o aluno com deficiência e assim, melhor promover a Educação Especial.

Acrescentam ainda Santos et al. (2024a, p. 35) que:

> A Educação Especial é uma modalidade de ensino cujo desenvolvimento dá-se por meio de um atendimento educacional especializado. Ela não se limita a uma única etapa educacional, devendo estar presente em todos os níveis e etapas da educação. Ademais, ela privilegia as particularidades apresentadas pelas pessoas com deficiência,

> inserindo-as no ensino regular, objetivando socializar o aprendizado destas pessoas.

Das palavras acima transcritas, é possível extrair a essência da Educação Especial, que é voltada para facilitar a inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar. E mais, sua missão é fazer com que na escola, o aluno com deficiência se sinta incluído e acolhido, tendo acesso a tudo, não em razão de sua condição, mas por ser um cidadão. Na promoção da Educação Especial, deve, acima de tudo, respeitar as singularidades de todas as pessoas com deficiência, valorizando suas potencialidades.

É importante ressaltar que a Educação Especial vem se consolidando como uma área específica do conhecimento e, ao mesmo tempo, como um importante campo de atuação profissional. Esta consolidação é um resultado dos avanços das discussões e das reflexões sobre esta temática, que se intensificaram de maneira significativa nessas últimas três décadas.

Nesse período, a Educação Especial foi agregando a si um conjunto de conhecimentos e saberes, que serviu e vem servindo de elementos propulsores do processo de inclusão escolar, mediante a instituição de "políticas e práticas que consideram todos os sujeitos no contexto escolar" (KLEIN, 2019, p. 11).

Atualmente, graças a tais avanços, saberes e conhecimentos, tem-se a Educação Especial Inclusiva, terminologia que bem representa a essência do trabalho

educacional que deve ser proporcionado às pessoas com deficiência. No entanto, antes de adquirir essa nova denominação, a Educação Especial passou por um longo processo histórico, ora somando conquistas, ora sofrendo retrocessos.

Em cumprimento às disposições constitucionais, o governo federal instituiu a primeira '*Política Nacional de Educação Especial*', em 1994, fazendo com que a "Educação Especial fosse completamente repensada a partir da década de 1990 e isto fez com que seu foco deixasse de ser a '*deficiência*' e passasse a ser o '*indivíduo*', privilegiando este em sua integralidade" (SANTOS et al., 2024b, p. 35).

Ainda no início da década de 1990, o Estado brasileiro passou a promover a inclusão escolar, colocando em prática várias ações que viabilizaram o ingresso de pessoas com deficiência já na educação infantil. E, no início do presente século, instituiu as '*Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*' (2001). A segunda '*Política Nacional de Educação Especial*' surgiu em 2008, ampliando as possibilidades da inclusão escolar. E, convertendo a Educação Especial em Educação Especial Inclusiva (COELHO, 2020).

Não há como compreender o papel da Educação Especial Inclusiva sem antes reconhecer a importância da Inclusão Escolar. De acordo com Gritti e Rodrigues (2019, p. 46), na promoção da inclusão, "a escola comum tradicional é transformada para se tornar capaz de acolher qualquer aluno e assegurar-lhe uma educação de qualidade", de forma que,

mediante tal processo, "as pessoas com deficiência estudam na escola que cursariam se não fossem deficientes".

Em outras palavras, foi a partir da '*Política Nacional de Educação Especial*' editada em 2008, que adotou-se a concepção de ***'Educação Especial Inclusiva',*** assinalando o início de um momento especial na história da educação brasileira. Esta concepção também fez com que a sociedade inclusiva passasse a "ser concebida como imprescindível ao desenvolvimento e manutenção do Estado Democrático" (PICOLINI; FLORES, 2020, p. 213).

Discutindo a importância da Educação Especial Inclusiva, Santos et al. (2024b, p. 65) destacam que:

> [...] a Educação Especial Inclusiva redefiniu o papel da escola, transformando-a em um espaço no qual há lugar para todos. Na prática, ela deu uma nova definição à escola e, por que não dizer, mais responsabilidades, impondo a esta o respeito às singularidades de todas aquelas pessoas com algum tipo de deficiência.

A Educação Especial Inclusiva-EEI foi concebida para possibilitar que o indivíduo supere barreiras, alcançando resultados que muitos consideravam improváveis, e organizada de modo a atender às necessidades de um público-alvo com demandas específicas e singulares. Ademais, sua missão consiste em promover a Inclusão Escolar dos grupos de pessoas com deficiência, assegurando-lhes um processo

educativo desenvolvido em condições de igualdade no âmbito do ensino formal.

O objetivo da Educação Especial Inclusiva é oferecer instrumentos, recursos pedagógicos e condições de aprendizagem adequadas às pessoas que apresentam necessidades distintas da média. Enquanto modalidade educacional, ela busca contribuir para que crianças se desenvolvam e alcancem a vida adulta com autonomia, tornando-se capazes de conduzirem sua própria trajetória a partir da formação recebida (CARDOSO; LEANDRO, 2015).

Na prática, o objetivo da Educação Especial Inclusiva vai além do mero ensino da leitura e da escrita à pessoa com deficiência. Sua ação visa desenvolver as potencialidades do aluno com deficiência, promovendo a construção de habilidades e competências indispensáveis ao exercício da cidadania e à sua plena inserção social (SANTOS et al., 2024a).

A Educação Especial Inclusiva (EEI) vem promovendo transformações no sistema educacional, demandando investimentos em políticas públicas efetivas, ao mesmo tempo em que impulsiona a escola a priorizar práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento das habilidades intelectuais, culturais e sociais de seus alunos (COELHO et al., 2023).

Para que a Educação Especial Inclusiva aconteça, exige-se uma completa transformação no sistema educacional. Para que isto realmente aconteça, a escola precisa repensar o seu papel e suas práticas pedagógicas, precisa adequar-se e capacitar toda a sua equipe. Em resumo, a escola "precisa

quebrar suas amarras com o passado" (SANTOS et al., 2024a, p. 22), transformando-se verdadeiramente em um espaço para todos.

Educação Inclusiva: Algumas considerações

Quando se fala em Educação Especial, não se está falando diretamente da Educação Inclusiva. No entanto, deve-se reconhecer que existe uma correlação entre elas. Isto porque, para se efetivar na escola a Educação Inclusiva, necessariamente precisa da colaboração da Educação Especial. É, portanto, a partir das práticas pedagógicas pensadas para a Educação Especial que se promove a Educação Inclusiva.

Discutindo os processos de construção da Educação Especial e Inclusiva no Brasil, Bezerra et al. (2024, p. 18) destacam que:

> No campo da educação, a distinção entre educação inclusiva e educação especializada é fundamental para entender as abordagens adotadas no Brasil. A educação inclusiva busca integrar alunos com necessidades especiais em escolas regulares, promovendo sua participação no ambiente escolar comum. Em contraste, a educação especial é uma modalidade específica que oferece suporte especializado para atender às necessidades desses alunos.

Essa distinção é fundamental para assegurar que todos os estudantes com deficiência tenham acesso a uma educação adequada, pautada no respeito às suas necessidades individuais e na promoção de sua participação plena. Nesse sentido, o aprimoramento contínuo das políticas educacionais, aliado à adoção de práticas inclusivas e especializadas, mostra-se indispensável para superar barreiras históricas e consolidar um sistema educacional verdadeiramente acessível, justo e equitativo para todos.

Mas, o que representa a Educação Inclusiva? Como ela se desenvolve e se estrutura? Quais são os seus princípios? De acordo com Boff e Machado (2024, p. 14):

> A educação inclusiva é uma política educacional fundamentada nos direitos humanos e na justiça social. Portanto, o direito à educação e todos os aspectos que compõem esse direito: acesso à escola comum, participação nas atividades escolares e aprendizagem, devem ser vivenciados na sala de aula. Isto é, a escola precisa se constituir, de fato, como um espaço que acolha as diferenças e proporcione aprendizagem independentemente das características corporais, sensoriais, intelectuais, sociais, dentre outras, dos estudantes.

Desta forma, percebe-se que a educação inclusiva vai além do simples acesso do estudante à escola, pois está diretamente vinculada à garantia dos direitos humanos e à promoção da justiça social. Nesse sentido, incluir significa assegurar que todos os alunos participem efetivamente das

atividades escolares e tenham oportunidades reais de aprendizagem, respeitando suas singularidades e necessidades.

Ressaltam Pletsch e Souza (2021, p. 1288) que a educação inclusiva é uma perspectiva política, cultural e educacional, implicando a combinação de três elementos: "o reconhecimento da diferença como constitutiva do humano; as especificidades no desenvolvimento dos sujeitos; e, a convivência com a diversidade cultural, numa escola/universidade com todos e para todos".

Para promover a Educação Inclusiva, a escola precisa transformar suas práticas pedagógicas, sua organização e sua cultura institucional para acolher a diversidade presente na sociedade. Quando valoriza as diferenças corporais, sensoriais, intelectuais e sociais, o ambiente escolar torna-se mais democrático, humano e comprometido com a formação integral de cada estudante.

Ainda de acordo com Boff e Machado (2024, p. 5):

> O direito à educação implica que estudantes com deficiência, antes invisíveis em escolas especializadas, possam se desenvolver de forma mais plena nos aspectos cognitivo e social. Ademais, a educação inclusiva oportuniza ganhos para todos os envolvidos no processo educativo, permitindo uma vivência com as diferenças humanas e um convívio completo na sociedade.

Com base nas palavras acima transcritas, o direito à educação vai além do simples acesso à escola. Ele envolve garantir oportunidades reais de desenvolvimento cognitivo, social e humano aos alunos com deficiência. Desta forma, ao defender a educação inclusiva, evidencia-se a superação de práticas segregadoras que, durante muito tempo, mantiveram esses alunos afastados do convívio social mais amplo.

Abordando a Educação Inclusiva e educação especial na perspectiva inclusiva, Uchôa e Chacon (2021, p. 4) destacam que:

> Muito embora suponha-se que a Inclusão Escolar se refira ao público da educação especial, ela não tem um destinatário específico, sendo direcionada a todas as pessoas. Trata-se de compreender a educação como um direito de todas as pessoas, independentemente das realidades existenciais, psíquicas, físicas, culturais e políticas. A educação como inclusão é uma demanda da vida escolar e social.

É importante ressaltar que a inclusão escolar não deve ser entendida como uma ação restrita apenas ao público da educação especial, mas como um princípio amplo voltado a todas as pessoas. Essa perspectiva reforça a educação como um direito universal, que precisa considerar e respeitar as múltiplas diferenças existentes entre os indivíduos, sejam elas físicas, psíquicas, culturais, sociais ou políticas.

Assim, a escola inclusiva torna-se um espaço democrático, capaz de acolher a diversidade e garantir

oportunidades equitativas de aprendizagem e participação. Mais do que uma exigência educacional, a inclusão representa uma necessidade social, pois contribui para a construção de relações mais justas, solidárias e respeitosas dentro e fora do ambiente escolar.

Ainda segundo Uchôa e Chacon (2021, p. 5):

> Negar-se à prática inclusiva é fechar as portas às vítimas e negar o espaço público, o que faria da escola uma espécie de máquina de exclusão. A Inclusão Escolar e a Educação Inclusiva surgem como demandas desafiadoras, não sendo uma tarefa fácil, mas é missão da escola e da sociedade. Essa dinâmica exige cada vez mais estudo, dedicação e empatia, por meio de um trabalho sistemático e planejado para assegurar aprendizagens.

Desta forma, rejeitar a prática inclusiva significa reforçar processos de exclusão e impedir que a escola cumpra sua função social de garantir o acesso e a permanência de todos no espaço público educativo. Ao comparar a escola excludente a uma "máquina de exclusão", Uchôa e Chacon (2021) mostram o impacto negativo de instituições que não acolhem a diversidade.

Nesse contexto, a Inclusão Escolar e a Educação Inclusiva aparecem como desafios complexos, que exigem compromisso coletivo da escola e da sociedade. Para que se concretizem, são necessários investimentos contínuos em formação, planejamento pedagógico, sensibilidade humana e

práticas baseadas na empatia, assegurando que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprendizagem e de desenvolvimento.

Lembram Santos et al. (2024b) que, além de beneficiar diretamente as pessoas com deficiência, a inclusão enriquece toda a comunidade escolar, promovendo valores como respeito, empatia, solidariedade e valorização das diferenças. E, que a convivência entre estudantes diversos contribui para a formação de uma sociedade mais justa, democrática e preparada para reconhecer a pluralidade humana.

Na concepção de Oliveira et al. (2025, p. 2062):

> A educação inclusiva se estabelece como um compromisso ético e político na busca por justiça social. A aprendizagem que respeita e integra a diversidade é um dos pilares para a construção de uma sociedade mais equitativa. Para isso, é fundamental que educadores e gestores se engajem nesta luta, garantindo que todos os alunos, sem exceção, tenham acesso a uma educação de qualidade. Assim, a educação inclusiva não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade de transformar realidades e construir um futuro onde todos tenham espaços significativos.

Partindo do exposto, constata-se que a Educação Inclusiva deve ser vista como um compromisso que ultrapassa aspectos legais e administrativos, assumindo uma dimensão ética e política voltada para a promoção da justiça social. Quando se valoriza uma aprendizagem que respeita e integra

a diversidade, reconhece-se que todas as pessoas têm direito de participar plenamente do processo educacional, independentemente de suas diferenças.

Logo, o envolvimento de educadores e gestores é essencial para transformar princípios em práticas concretas, assegurando acesso, permanência e qualidade no ensino para todos os estudantes. Assim, a educação inclusiva representa uma oportunidade de romper barreiras históricas, reduzir desigualdades e construir uma sociedade mais humana, democrática e acolhedora, onde cada indivíduo encontre espaços significativos de participação e desenvolvimento.

De acordo com Matos et al. (2024), a Educação Inclusiva não constitui um objetivo isolado, mas integra um movimento mais amplo voltado à construção de uma sociedade que respeita e valoriza as diferenças. Esse percurso requer o envolvimento de todos os participantes do processo educacional, na busca permanente por um futuro mais justo, inclusivo e equitativo.

Além disso, a Educação Inclusiva não se restringe à simples presença física de todos os estudantes nas instituições de ensino, mas pressupõe um compromisso efetivo com a adequação das metodologias pedagógicas e do ambiente escolar. As mudanças necessárias exigem ações contínuas, planejadas e sistemáticas, reconhecendo a diversidade como elemento impulsionador do processo educativo.

Ainda de acordo com Oliveira et al. (2025, p. 2063):

> As implicações da Educação Inclusiva são vastas, não apenas para os alunos com deficiência, mas também para os demais estudantes e para a sociedade como um todo. A promoção de um ambiente escolar inclusivo contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos, preparados para viver em uma sociedade plural. Assim, a valorização da diversidade nas salas de aula gera um impacto positivo na convivência e no aprendizado coletivo.

Assim, é fundamental que a Educação Inclusiva assuma um caráter interativo e transversal, centrado nas respostas educacionais necessárias e não na deficiência ou em qualquer outra condição de desvantagem.

Essa perspectiva deve estar baseada no entendimento social de que as limitações muitas vezes decorrem das barreiras impostas pelo meio, que restringem ou impedem oportunidades iguais de desenvolvimento pessoal. Desse modo, supera-se a ideia de que a incapacidade reside exclusivamente no indivíduo, reconhecendo que o contexto social é determinante para tornar a pessoa mais ou menos limitada em sua participação e autonomia.

Considerações Finais

A Educação Especial Inclusiva é essencial para assegurar o direito à aprendizagem de todos os estudantes, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e enfrentando a exclusão social. Ela contribui para transformar a

escola comum em um espaço acolhedor e acessível, por meio de estratégias pedagógicas adaptadas e do atendimento educacional especializado destinado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, garantindo sua participação plena no processo educativo.

Quanto à Educação Inclusiva, esta se configura como uma proposta transformadora voltada à garantia de oportunidades iguais para todos os estudantes. Para sua efetivação, torna-se indispensável o compromisso conjunto de educadores, gestores, famílias e políticas públicas que, articulados em torno de objetivos comuns, possam promover um ensino baseado no respeito e na valorização da diversidade. Desse modo, a adoção de práticas inclusivas contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Pode-se perceber que em nenhum momento se deve desconsiderar a relevância da Educação Especial Inclusiva. Como modalidade de ensino, ela disponibiliza recursos técnicos e humanos capazes de minimizar barreiras e atender às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Por meio dela, esses alunos têm conquistado maior acesso à escola regular no Brasil, realizando seu processo de aprendizagem em ambientes comuns e em ritmos compatíveis com suas capacidades e particularidades.

Em síntese, no cenário atual, a Educação Especial Inclusiva vem se consolidando ao valorizar as potencialidades dos alunos com deficiência, superando a antiga visão patologizante, que restringia suas possibilidades. Em seu

lugar, adota-se uma concepção mais ampla e humanizada, que reconhece essas pessoas em sua integralidade, como sujeitos de direitos e participantes ativos da sociedade.

Referências

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, v. 40, e85133, p. 1-17, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

CARDOSO, Dionizia Valéria Clementino Santos; LEANDRO, Patrícia Monteiro. Educação especial e educação inclusiva. II CONEDU - Congresso Nacional de Educação, 14 a 17 de outubro de 2015, Campina Grande-PB. **Anais**...

COELHO, Caroline Pugliero; SOARES, Renata Godinho; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; ROEHRS, Rafael. Educação especial inclusiva: histórico legislativo e contexto escolar, diálogos necessários. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 1, p. 441-458, jan.-abr., 2023.

FURLAN, Amanda Avesani Cavotto; CIPOLA, Eva Sandra Monteiro; OLIVEIRA JÚNIOR, Ademir Pinto Adorno de. Educação especial no Brasil: Análise e revisão. **Revista Científica UNAR**, v. 16, n. 1, p. 26-36, 2018.

GRITTI, Alice; RODRIGUES, Aline Gritti. Os desafios da inclusão escolar. **Revista Educação em Foco**, n. 11, p. 45-48, 2019.

KLEIN, Rejane Ramos. Educação especial e inclusão escolar. Indaial-SC: UNIASSELVI, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TORCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo, Cortez, 2008.

MATOS, Antônia Débora das Neves; BEZERRA, Renata Maria Otoch; FONTELES, Christianne Silveira; DANTAS, Jéssica Rodrigues; KLEMZ, Charles. A construção da educação especial e inclusiva no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 8, e5113, 2024.

OLIVEIRA, Ana Ferreira da Silva; VEIGA, Maicon Guilland; ANDRADE, Kássia Reijane dos Santos; MARMOS, Edith Vieira Vanni Penhavel; CRUZ, Neila Aparecida da. A importância da educação inclusiva para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. **Lumen et Virtus**, v. XVI, n. XLVI, p. 2059-2073, 2025.

PICOLINI, Beatriz Ribeiro Aleluia; FLORES, Maria Marta Lopes. Trajetória da educação especial no Brasil: marcos históricos e políticos relevantes. **Mediação**, v. 15, n. 1, p. 206-214, jan.-jun. 2020.

PLETSCH, Marcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de Educação Especial brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. esp. 2, p. 1286-1306, 2021.

SANTOS, José Ozildo dos; SOUSA; José Givaldo de; SANTOS, Geane Regina de Sousa; SANTOS, Maria Clara de Sousa; FARIAS, Wescley Alisson Gomes; LIMA, Maria Leane de; MENEZES, Arlinda Pereira da Silva Menezes. **Educação Especial em debate**. Campina Grande-PB: Gease, 2024a.

SANTOS, José Ozildo dos; SOUSA, José Givaldo de; SOARES, José do Nascimento; CUNHA, José Dantas; BEZERRA, Wandra Maria Gonçalves de Souza; BARBOSA, Kiara Marinheiro; OLIVEIRA, Wesley Silva de; SILVA; Aline Jéssica Gomes. A importância da educação especial inclusiva. In: SANTOS, José Ozildo dos; SOUSA, José Givaldo de (orgs.). **Tópicos de Educação Especial Inclusiva.** Campina Grande-PB: Editora GEASE, 2024b**.**

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHACON, Jerry Adriano Villanova. Educação inclusiva e educação especial na perspectiva inclusiva: repensando uma educação outra. Revista Educação Especial, v. 35, p. 1-18, 2022.

Capítulo 4

Estratégias para a promoção da educação inclusiva

José Ozildo dos Santos
José Givaldo de Sousa
Leiryston Ivyrson Farias Almeida
Diocelli Lino de Alencar Galdino
Wesley Silva de Oliveira
Maria Gorette Lacerda Araujo
Maria Clara de Sousa Santos
Robson de Lima Peixoto
Ronnylson Cesar de Oliveira Fonseca
Andrezza de Oliveira Franco Santos

Educação Inclusiva: Missão e desafios

A Educação Inclusiva constitui um princípio fundamental, que visa garantir que todas as pessoas,

independentemente de suas características, condições físicas, intelectuais, sociais, culturais ou econômicas, tenham acesso a uma educação de qualidade, justa e equitativa. Ao propor uma transformação estrutural e cultural que reconhece e valoriza a diversidade como elemento indispensável para o enriquecimento coletivo, a Educação Inclusiva ultrapassa a mera inserção de alunos com deficiência no espaço escolar, assumindo o compromisso de transformar o espaço escolar e de promover a cidadania, valorizando a dignidade da pessoa humana.

De acordo com Oliveira et al. (2024, p. 112-113):

> A Educação Inclusiva tem sido um tema de grande relevância nas discussões educacionais contemporâneas, ganhando destaque tanto no cenário nacional quanto internacional. No Brasil, a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino é um direito assegurado pela Constituição Federal e reforçado por políticas públicas, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Apesar dos avanços legais, a efetiva inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental ainda enfrenta diversos desafios.

Na realidade, a Educação Inclusiva ocupa posição central nos debates educacionais atuais por defender o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência e à aprendizagem em ambientes escolares comuns. No entanto, apesar da existência de vários instrumentos legais que

asseguram a matrícula de alunos com deficiência no ensino regular, o desenvolvimento da Educação Inclusiva ainda enfrenta desafios, exigindo uma verdadeira transformação da escola e de suas práticas.

Dissertando sobre as contribuições proporcionadas pela Educação Inclusiva, Johner (2016, p. 3) afirma que:

> Educação Inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças.

Com base no exposto, a Educação Inclusiva fundamenta-se no princípio de que todas as crianças devem aprender juntas, compartilhando o mesmo espaço escolar e convivendo em um ambiente que respeite as singularidades de cada uma. Essa perspectiva não ignora as dificuldades existentes no processo de aprendizagem, mas busca compreendê-las para facilitar o seu processo de superação. Ao considerar as diferenças como expressão da diversidade e não como obstáculos, a escola amplia suas possibilidades educativas e fortalece valores como o respeito, a cooperação e a empatia.

Dessa convivência plural, surgem oportunidades valiosas de crescimento social e intelectual, contribuindo para

a formação de cidadãos mais conscientes, solidários e preparados para viver em uma sociedade democrática. E isto demonstra que "a Educação Inclusiva não beneficia apenas aqueles que possuem necessidades especiais, mas toda a comunidade escolar, ao estimular um convívio baseado no respeito mútuo e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária" (BROERING; BROERING, 2024, p. 2).

Na concepção de Nishiyama (2022), o conceito de inclusão está relacionado a uma mudança de paradigma e a uma verdadeira transformação no sistema educacional, uma vez que cabe à escola adaptar-se aos estudantes com deficiência, oferecendo as condições e os recursos necessários para seu pleno desenvolvimento, respeitando seu ritmo de aprendizagem e suas características individuais.

É importante ressaltar que a Educação Inclusiva vem integrando a "proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação" (CARREIRA, 2010, p. 44).

Reconhecendo que a Educação Inclusiva é complexa, Santos et al. (2024, p. 6-7) chamam a atenção para o fato de que:

> [...] a implementação Educação Inclusiva vai além da simples inclusão de alunos com deficiência em salas de aula comuns. Exige uma reconfiguração das práticas pedagógicas, dos currículos e da estrutura

> organizacional escolar para acolher todas as diferenças e favorecer o desenvolvimento individualizado dos estudantes. Este desafio demanda um esforço coletivo e políticas públicas eficazes.

Percebe-se que a implementação da Educação Inclusiva exige uma transformação profunda no modo de como a escola compreende o ensino e a aprendizagem. Pois, não se trata apenas de inserir alunos com deficiência em classes comuns, mas de reorganizar práticas pedagógicas, currículos e estruturas institucionais para atender à diversidade presente no ambiente escolar.

Diante disto, a escola que assume o compromisso com a promoção da Educação Inclusiva passa a ser considerada uma escola inclusiva. Mas, essa mudança não se opera de forma fácil. É necessário um completo processo de transformação. Necessário se faz superar vários e complexos desafios.

De acordo com Rocha (2025, p. 433):

> Entre os vários desafios enfrentados para a construção de uma escola inclusiva, podemos agrupar em quatro grandes grupos: o primeiro deles diz respeito à infraestrutura escolar e institucional, o segundo, à questão pedagógica, terceiro, o preconceito e falta de sensibilização e o quarto, a falta de diálogo entre as esferas sociais.

Na forma demonstrada, os desafios para a construção de uma escola inclusiva podem ser compreendidos em diferentes dimensões que se inter-relacionam e impactam diretamente a efetivação desse processo. A infraestrutura escolar e institucional ainda carece, em muitos casos, de acessibilidade física, recursos tecnológicos e serviços de apoio adequados. No aspecto pedagógico, existe a necessidade de formação continuada para os docentes, além da flexibilização curricular e da adoção de metodologias que contemplem as diversas formas de aprender.

Entretanto, ainda quando se analisa as palavras de Rocha (2025), constata-se outro obstáculo significativo. Trata-se do preconceito aliado à falta de sensibilização, fatores que reforçam exclusões e dificultam a convivência respeitosa. Além disso, a ausência de diálogo entre escola, família, comunidade e órgãos públicos, compromete a articulação de ações necessárias ao atendimento integral de todos os estudantes.

De forma complementar, Oliveira et al. (2024) informam que a escola que assume o compromisso com a promoção da Educação Inclusiva, enfrenta uma série de desafios, destacando os seguintes:

i. A falta de formação específica dos professores para lidar com as necessidades educacionais dos alunos com deficiência;

ii. A escassez de recursos pedagógicos adaptados e de tecnologias assistivas para atender às especificidades dos alunos com deficiência;

iii. A fragilidade na articulação entre a escola e a família dos alunos com deficiência

Ao se analisar as palavras de Oliveira et al. (2024) acima transcritas, facilmente se constata que, embora a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular represente um avanço importante na garantia do direito à educação, sua efetivação ainda enfrenta inúmeros desafios, entre os quais destaca-se a insuficiente formação específica dos professores, fator que pode dificultar a adoção de práticas pedagógicas adequadas às diferentes necessidades educacionais dos estudantes com deficiência.

Muitos professores ainda não recebem preparo adequado, inicial ou continuado, para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, especialmente em turmas numerosas e compostas por estudantes com diferentes tipos de deficiência e necessidades específicas. Essa realidade gera insegurança profissional, dificulta o acompanhamento individualizado e compromete a aprendizagem de todos. Diante desta realidade, para que a inclusão aconteça de forma concreta, é indispensável investir na valorização docente, na formação especializada, no apoio pedagógico e na melhoria das condições de trabalho nas escolas (CAPELLINI; MENDES, 2007).

Para Pienta (2020, p. 42), uma escola inclusiva:

> [...] precisa ser flexível em sua organização pedagógica, a fim de apoiar seus profissionais e criar ambientes de aprendizagem com base na promoção da cultura da diversidade, no desenvolvimento de

> redes de apoio aos estudantes e na adoção de abordagens efetivas de ensino, nas quais são identificados os interesses, as habilidades, as motivações e as limitações dos educandos.

Uma escola inclusiva exige uma reorganização contínua de suas práticas pedagógicas para atender, de forma justa e eficaz, à diversidade presente no ambiente escolar. Ser flexível significa reconhecer que os estudantes aprendem em ritmos, formas e contextos distintos, tornando necessária a adoção de metodologias variadas, currículos adaptáveis e estratégias personalizadas. A promoção da cultura da diversidade fortalece o respeito às diferenças e combate preconceitos, criando um espaço acolhedor e democrático.

De uma forma bem objetiva, Santos et al. (2024, p. 7) afirmam que "as barreiras para a inclusão escolar são diversificadas, abrangendo aspectos físicos, pedagógicos e atitudinais, todos representando desafios significativos para a integração de estudantes com deficiência".

Logo, a Inclusão Escolar depende da superação de múltiplos obstáculos que vão além da simples matrícula do estudante com deficiência no ensino regular, conforme já foi citado. Acredita-se que, entre as barreiras apontadas por Santos et al. (2024), a mais difícil de ser superada são as barreiras atitudinais, que se manifestam por meio do preconceito, da discriminação e de baixas expectativas em relação às capacidades dos alunos com deficiência. Para superá-las, é preciso transformar a cultura da escola, tornando-

a um espaço verdadeiramente acolhedor, participativo e equitativo.

Afirmam ainda Santos et al. (2024, p. 18) que:

> Apesar dos desafios, as perspectivas para a educação inclusiva são positivas, antecipando-se um progresso na conscientização sobre sua importância e na implementação de práticas educacionais que realmente abracem a diversidade. O avanço das tecnologias assistivas e o desenvolvimento de metodologias pedagógicas inovadoras auguram uma expansão das oportunidades de aprendizado para todos os alunos.

Na Educação Inclusiva, sempre haverá a necessidade de se superar obstáculos. Pois, o processo de inclusão se configura em desafio constante, face às particularidades específicas de cada aluno com deficiência. Desta forma, percebe-se que não existe uma receita pronta e única para se promover a Educação Inclusiva. Na prática, cada aluno com deficiência exigirá sua própria '*receita*' simplesmente pelo fato de ser único.

Na opinião de Marchesini et al. (2026), a Educação Inclusiva não se configura apenas como um desafio técnico, mas também como uma questão ética e emocional.

Embora enfrentem situações complexas e intensa sobrecarga de trabalho, os professores sentem-se realizados ao perceberem os avanços alcançados por seus alunos com deficiência. Isso demonstra que a promoção da Educação

Inclusiva requer atenção ao bem-estar docente e apoio permanente, por meio de acompanhamento técnico, suporte psicológico e trabalho colaborativo entre colegas e equipe pedagógica.

Superar os obstáculos acima apresentados é essencial para a efetivação da educação inclusiva. Para isso, torna-se indispensável a construção de um ambiente acolhedor e acessível, no qual todos os estudantes se sintam seguros para aprender e se comunicar, sustentados por relações de apoio e equilíbrio emocional. Afinal, alunos com deficiência que se percebem incluídos e aceitos pelos colegas tendem a apresentar melhor desenvolvimento acadêmico e mais facilidade para se relacionarem socialmente.

Estratégias para a promoção da Educação Inclusiva

O processo de promoção da Educação Inclusiva é algo complexo. Por ter que lidar com múltiplas particularidades, a Educação Inclusiva requer um conjunto de estratégias planejadas para superar os desafios que surgem diariamente no contexto da sala de aula.

De acordo com Silva et al. (2024, p. 3):

> A inclusão escolar configura-se como um direito fundamental e, ao mesmo tempo, como um desafio contínuo para as práticas educativas contemporâneas. Garantir que todos os estudantes, independentemente de suas singularidades ou necessidades específicas, tenham acesso a oportunidades de aprendizagem

> significativas requer não apenas a presença física na sala de aula, mas também a adoção de estratégias pedagógicas capazes de promover a participação efetiva de cada aluno.

A efetivação da Educação Inclusiva ainda representa um desafio para as práticas educativas contemporâneas, uma vez que exige mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais no ambiente escolar. Logo, para se garantir a efetivação da Educação Inclusiva, é indispensável desenvolver metodologias flexíveis, recursos acessíveis e práticas docentes sensíveis às diferenças individuais. Sem esse cuidado, a escola não conseguirá promover a Educação Inclusiva.

Abordando os meios que necessariamente a escola precisa colocar em prática para promover a Educação Inclusiva, Santos et al. (2024, p. 18) destacam que a utilização de tecnologias assistivas e inovações educacionais:

> [...] pode facilitar o acesso ao currículo e o processo de aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais. Contudo, a integração dessas ferramentas no contexto educacional requer não apenas recursos financeiros, mas também formação específica para educadores, de modo a maximizar seu potencial inclusivo.

Na realidade, a utilização de tecnologias assistivas e de inovações educacionais representa um importante avanço para a promoção da inclusão escolar, pois amplia as possibilidades de acesso ao currículo e favorece a

aprendizagem de estudantes com deficiência. Contudo, a simples disponibilização dessas ferramentas não garante resultados efetivos.

A escola precisa de professores que sejam capazes de fazer uso produtivo dessas tecnologias, transformando-as em instrumentos reais de aprendizagem, participação, desenvolvimento e equidade no ambiente escolar.

Reforçando a importância da utilização de estratégias para a promoção da Educação Inclusiva, Nishiyama (2022, p. 64) ressalta que:

> Há indivíduos que acham que as pessoas com deficiência não possuem capacidade para aprender em razão da existência de alguma limitação. Na verdade, isso não faz nenhum sentido, pois hoje o conhecimento está cada vez mais inclusivo e os recursos postos à disposição estão mais modernos, em razão do desenvolvimento científico dos recursos de tecnologia assistiva.

Os recursos de tecnologia assistiva são grandes parceiros na promoção da Educação Inclusiva. Eles não somente facilitam a aprendizagem como ampliam a socialização entre os alunos em sala de aula, rompendo barreiras.

É oportuno ressaltar que na promoção da Educação Inclusiva "os professores adotam uma série de estratégias pedagógicas para favorecer a inclusão, como flexibilização curricular, adaptações de atividades e avaliações, uso de

recursos visuais e tecnológicos, organização de rotinas e metodologias ativas". E que "essas ações contribuem para maior participação e engajamento" dos alunos com deficiência, "reforçando a necessidade de personalizar o ensino sem reduzir as expectativas de aprendizagem" (JOHNER, 2016, p. 13).

Na opinião de Silva et al. (2022, p. 86), as estratégias utilizadas na Educação Inclusiva "devem considerar a forma global de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, seja a nível sistemático de ensino como também de otimização física, psíquica e interacional".

Um estudo realizado por Oliveira et al. (2024) destaca que, na busca pela superação dos obstáculos que limitam a efetivação da Educação Inclusiva, o professor especialista recorre a diferentes estratégias, das quais destacam-se as seguintes:

a. Adaptações curriculares;

b. Aprendizagem cooperativa;

c. Parceria com a família e com outros profissionais especializados;

d. Práticas pedagógicas diferenciadas;

e. Uso de recursos visuais e multissensoriais;

f. Valorização das inteligências múltiplas

Através da utilização das chamadas práticas pedagógicas diferenciadas, consegue-se promover a aprendizagem e a participação efetiva dos alunos com deficiência. Por outro lado, que se refere às adaptações

curriculares, está se dizendo que os objetivos, os conteúdos, as metodologias e as avaliações podem ser modificados para que o processo educativo seja mais acessível ao aluno com deficiência.

Além disso, o trabalho colaborativo entre docentes, a flexibilização curricular e a adoção de metodologias diversificadas contribuem para garantir aprendizagens significativas e respeitar o ritmo de aprendizagem de cada aluno em sala de aula. Na realidade, todas as estratégias relacionadas por Oliveira et al. (2024) são, verdadeiramente, caminhos promissores que levam à superação dos desafios identificados na promoção da Educação Inclusiva.

Na concepção de Rocha (2025, p. 435):

> A colaboração entre professores e especialistas deve acontecer a partir do diálogo, permitindo o desenvolvimento de planos de ensino individualizados (PEIs) e estratégias de suporte. Essas estratégias não apenas promovem a inclusão escolar, mas também enriquecem o ambiente educacional ao valorizar a diversidade e as diferentes formas de ser, pensar e agir.

A elaboração de Planos de Ensino Individualizados (PEIs) e de estratégias de suporte permite organizar intervenções específicas, respeitando o ritmo, as potencialidades e os desafios de cada aluno. Além de favorecer o processo de aprendizagem e a permanência escolar, essa

atuação conjunta contribui para um ambiente educacional mais acolhedor e participativo.

Ao valorizar a diversidade e reconhecer as diferentes formas de ser, pensar e agir, a escola amplia suas possibilidades educativas e promove uma convivência baseada no respeito, na equidade e na inclusão.

Oliveira et al. (2024, p. 121), após identificar os desafios enfrentados pelas escolas na promoção da Educação Inclusiva e enumerar algumas estratégias que podem amenizar tais problemas, apresentam um conjunto de melhorias e recomendações que pode contribuir com o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Tais melhorias e recomendações são as seguintes:

> 1. Investir na formação continuada dos professores, com foco na educação inclusiva e nas estratégias pedagógicas específicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência.
> 2. Garantir a disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados e de tecnologias assistivas nas escolas, por meio de políticas públicas de financiamento e de parcerias com instituições especializadas.
> 3. Fortalecer a articulação entre escola e família, promovendo espaços de diálogo, formação e participação dos pais no processo educativo dos alunos com deficiência.
> 4. Ampliar as práticas de trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e da educação especial, por meio de políticas de incentivo e de reorganização dos tempos e espaços escolares.

5. Promover a flexibilização curricular e o uso de metodologias diferenciadas, valorizando as potencialidades e respeitando as especificidades dos alunos com deficiência.
6. Fomentar a cultura inclusiva nas escolas, por meio de ações de sensibilização, formação e envolvimento de toda a comunidade escolar.

As recomendações apresentadas por Oliveira et al. (2024) evidenciam caminhos essenciais para a superação dos desafios da educação inclusiva, especialmente no ensino fundamental. No entanto, é preciso ressaltar que a inclusão efetiva depende de ações integradas, como a formação continuada dos professores, a oferta de recursos pedagógicos adaptados, o uso de tecnologias assistivas e a parceria entre escola e família. A atuação docente e a formação especializada constituem pilares indispensáveis para a efetivação da Educação Inclusiva, pois é o professor quem transforma os princípios legais e pedagógicos em práticas concretas no cotidiano escolar.

Quando dispõe de preparo adequado, suporte institucional e recursos pedagógicos acessíveis, o educador consegue identificar potencialidades, adaptar metodologias e criar estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas singularidades. Diante disto, é de suma importância investir continuamente na capacitação profissional e nas condições de trabalho dos professores que atuam na Educação Inclusiva. Pois, isto significa fortalecer a escola como espaço de equidade, participação e valorização da

diversidade, tornando-a capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais humana e socialmente justa.

Em resumo, fortalecer uma cultura escolar inclusiva significa transformar a escola em um espaço acolhedor, democrático e comprometido com o direito de todos à educação de qualidade.

Considerações Finais

A educação inclusiva, fundamentada nos princípios da justiça social e da equidade, constitui um compromisso indispensável para a construção de uma sociedade mais democrática. Contudo, sua concretização envolve desafios significativos que vão além da existência de leis e políticas públicas.

Embora esses instrumentos sejam essenciais para assegurar direitos e orientar práticas, a inclusão efetiva depende da participação conjunta de educadores, gestores, famílias e comunidade. Essa atuação colaborativa é necessária para transformar a cultura escolar, eliminar barreiras e criar condições reais de acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes. Observando tais aspectos, a inclusão se consolida como um processo contínuo, coletivo e comprometido com o respeito à diversidade.

Por outro lado, é essencial compreender que a inclusão escolar não se limita à implementação de ações isoladas, mas exige uma mudança profunda na cultura institucional e nas práticas pedagógicas. Isso ocorre porque a

inclusão representa uma nova perspectiva educacional, que não beneficia apenas os estudantes com deficiência ou aqueles que enfrentam dificuldades de aprendizagem, mas todos os alunos, favorecendo seu êxito no processo educativo de forma ampla e coletiva.

As estratégias, mecanismos e práticas pedagógicas voltadas ao atendimento educacional do aluno com deficiência são elementos fundamentais para a efetivação da Educação Inclusiva, pois transformam em ações concretas os princípios de equidade, respeito à diversidade e garantia do direito à aprendizagem.

Por meio de metodologias adaptadas, recursos acessíveis, acompanhamento individualizado e avaliações flexíveis, a escola cria condições para que cada estudante desenvolva suas potencialidades de acordo com seu ritmo e suas necessidades específicas.

Além disso, essas práticas favorecem o acolhimento, fortalecem a autoestima e ampliam a participação ativa do aluno no ambiente escolar. Dessa forma, a inclusão deixa de ser apenas um ideal teórico e passa a constituir uma realidade educativa comprometida com o desenvolvimento integral de todos.

Referências

BROERING, Geovani; BROERING, Soraya Lemos Erpen. Educação inclusiva em foco: estratégias legais para promover equidade e acessibilidade.
Aracê, v. 6, n. 4, p. 11368–11400, 2024.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Educare et Educare - Revista de Educação**, v. 2, n. 4, p. 113-128, jul.-dez., 2007.

CARREIRA, Dorival. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memonn, 2010.

JOHNER, Leila Edinéia Arnhold. Vivendo a diversidade da educação inclusiva nos dias atuais. XV Seminário Internacional de Educação. Educação e Interdisciplinaridade: percursos teóricos e metodológicos, 18 a 20 de julho de 2016, Novo Hamburgo-RS. **Anais**...

MARCHESINI, Renato; SOARES Kauan Pessanha; SANTOS Francisco Cassiano Alves dos; PAULINO, Ronilson Oliveira; JESUS, Maria José Santos de; LARA, Jéssica Ferreira Gadelha de; HAHS, Simone Andréia Luft; BELÉM, Maria Jotelma Ferreira Damasceno; VIEIRA, Rosely Rodrigues; BARROSO, Rennan Alberto dos Santos; FERREIRA, Bianca Isabela Acampora e Silva; TEIXEIRA, Ana Marta Marcelino; MELO, Erisvelton Sávio Silva de; MENDEZ, Alicia Viviana; RODRIGUES, Flávia Cristina Santos. Neurodiversidade: estratégias para a promoção da educação inclusiva no contexto escolar. **Revista DCS**, v. 23, n. 87, p. 1-14, 2026.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de

implementação das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, v. 10, n. 16, p. 35- 59, 2014.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. O direito das pessoas com deficiência à educação: a acessibilidade como instrumento do exercício da cidadania. **Revista dos Tribunais**, v. 1035, p. 57-73, jan., 2022.

PIENTA, Ana Cristina Gipiela. **Fundamentos da educação especial e inclusiva**. Curitiba: IESDE, 2020.

OLIVEIRA, Franciene Pereira das Chagas; SOUZA, Ana Maria de Oliveira; JESUS, Alcicleide Maria Santana de; VILALVA, Ester Aparecida de Mei Mello; ARAGÃO, Marina Rolim. Desafios e estratégias para a efetiva inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental. **Revista Ilustração**, v. 5, n. 8, p. 111-124, 2024.

ROCHA, Márcia Valéria Veloso Alves de Morais. Desafios e estratégias para uma educação inclusiva eficaz no contexto escolar brasileiro. **REP - Revista Educação Prática**, v. 3, n. 1, p. 428-437, 2025.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; PEREIRA, Diego Antônio de Souza; SANTOS, Elieth Vitoria dos; CUNHA, Luzia Cecilia da Silva; ARAÚJO, Pedro Cardoso de; SANTOS, Rudimaria dos; SILVA, Sandra Regina Moisés da; LEAL, Tatiana de Souza. Educação inclusiva: adaptação de estratégias de ensino para atender à diversidade. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 3, p. 1-20. 2024.

SILVA, Cristina Caetano da; SOUSA, Eremita Fernandes; SANTOS, Flaviana Pereira dos; OLIVEIRA, Simone Timóteo

Pinto de; MARTINS, Aguinaldo. Educação inclusiva: mecanismos, estratégias e técnicas de apoio à pessoa com necessidade especial. Cadernos da FUCAMP, v. 21, n. 50, p. 78-88, 2022.

SILVA, Rosamaria Freire da; SANTOS, Kélem Costa dos; HAUSSLER, Nathalie Santana Andrade; SOUSA, Yollanda Karoline Costa; LUZ, Raimundo Gomes; SILVA, Selma Gomes da. Ensino colaborativo e inclusão: caminhos para uma educação transformadora. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 18, n. 10, p. 1-21, 2025.

Capítulo 5

As tecnologias digitais aplicadas à educação inclusiva

José Givaldo de Sousa
José Ozildo dos Santos
Leiryston Ivyrson Farias Almeida
Wesley Silva de Oliveira
Diocelli Lino De Alencar Galdino
Wandra Maria Gonçalves de Souza Bezerra
Mateus José França de Carvalho
Bruno Bueno Lima de Sousa
Ronnylson Cesar de Oliveira Fonseca
Andrezza de Oliveira Franco Santos

A utilização das tecnologias digitais na Educação Inclusiva

A adoção de tecnologias digitais na educação constitui um importante avanço na democratização do acesso ao

conhecimento. Pois, amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem para diferentes públicos e contextos, tornando a educação mais aberta, flexível e conectada às demandas da sociedade contemporânea.

É importante ressaltar que, como o ser humano está imerso em um verdadeiro mundo tecnológico, a tecnologia não poderia ficar de fora da escola, que "como instituição social inclusiva, deve promover o acesso aos saberes e às formas culturais da sociedade a que pertencem" (MARTORELLI, 2014, p. 103).

Dissertando sobre a utilização de práticas pedagógicas e ferramentas tecnológicas na promoção da Educação Inclusiva, Carvalho et al. (2025, p. 145) ressaltam que:

> Práticas educacionais que envolvem metodologias de ensino que utilizam recursos tecnológicos digitais para potencializar e adaptar o processo educacional tendem a promover uma aprendizagem mais personalizada e interativa. As tecnologias digitais desempenham uma função facilitadora no processo de ensino e aprendizagem. Mais do que simples dispositivos, atuam como conexões que aproximam os alunos de novos conhecimentos.

Atualmente, em decorrência dos avanços tecnológicos e da consolidação da Educação Inclusiva registrados nos últimos anos, é cada vez maior a utilização das tecnologias digitais na promoção do processo educativo direcionado aos

alunos com deficiência. Vários estudos mostram que a integração da tecnologia na Educação Inclusiva representa uma oportunidade valiosa para ampliar o acesso à aprendizagem, promover autonomia e favorecer a participação de alunos com deficiência em sala de aula.

Observam Santos et al. (2024, p. 7) que a integração da tecnologia na Educação Inclusiva:

> [...] permite reimaginar as práticas pedagógicas, promovendo um ambiente de aprendizado mais colaborativo, interativo e, acima de tudo, equitativo. A tecnologia pode ajudar a quebrar barreiras físicas e cognitivas, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, participem ativamente e se beneficiem do processo educacional.

A integração da tecnologia na Educação Inclusiva representa uma possibilidade concreta de transformação das práticas pedagógicas, ao tornar o processo de ensino mais dinâmico, participativo e centrado nas necessidades dos alunos. Recursos digitais, plataformas interativas e tecnologias assistivas favorecem metodologias mais colaborativas, nas quais os alunos podem aprender em conjunto, compartilhar experiências e desenvolver habilidades de forma mais significativa. Assim, o ambiente escolar torna-se mais acolhedor e compatível com a diversidade presente nas salas de aula.

De acordo com Silva et al. (2025, p. 7):

> [...] a presença de dispositivos tecnológicos adaptados no ambiente escolar, como softwares de leitura de tela, teclados adaptados e jogos digitais inclusivos, promove ganhos significativos na aprendizagem de estudantes com deficiência. Ao romper barreiras de comunicação e acesso à informação, essas tecnologias transformam práticas pedagógicas e favorecem a construção de ambientes educacionais mais democráticos.

A tecnologia contribui para superar barreiras físicas, sensoriais e cognitivas que historicamente dificultaram o acesso pleno à educação. Ferramentas como leitores de tela, legendas automáticas, ampliadores de texto, softwares educativos adaptados e dispositivos de comunicação alternativa possibilitam maior autonomia e participação ativa dos estudantes com deficiência ou necessidades específicas.

Ainda segundo Santos et al. (2024, p. 6-7):

> A adoção de tecnologias digitais na educação tem o potencial de democratizar o acesso ao conhecimento. A capacidade de personalizar e adaptar recursos educacionais para atender às necessidades individuais dos alunos é uma das maiores vantagens das tecnologias digitais. Softwares educacionais, dispositivos de tecnologia assistiva e plataformas de aprendizado online podem ser ajustados para fornecer suporte adicional onde necessário, tornando o aprendizado mais acessível e envolvente.

Um de seus maiores benefícios da adoção de tecnologias digitais na Educação Inclusiva está na possibilidade de personalização do ensino, permitindo que os recursos educacionais sejam adaptados às necessidades individuais de cada aluno. Softwares educativos, plataformas digitais e tecnologias assistivas possibilitam ajustes no ritmo de aprendizagem, no formato de apresentação dos conteúdos e nas estratégias de apoio, favorecendo maior autonomia e participação.

Estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem ou diferentes estilos cognitivos encontram nesses recursos oportunidades mais justas de desenvolvimento. Assim, a tecnologia digital fortalece práticas pedagógicas inclusivas, tornando o aprendizado mais acessível, significativo e envolvente para todos.

Entretanto, Almeida et al. (2024, p. 2080) enfatizam que "ferramentas e recursos para aprendizagem inclusiva requerem não apenas implementação técnica adequada, mas transformação atitudinal profunda que reconheça potencialidades individuais além de diagnósticos limitantes".

Desta forma, não basta apenas inserir tais ferramentas e recursos tecnológicos na Educação Inclusiva. É necessário um verdadeiro compromisso, não somente ético, mas também político com a diversidade. Existe, pois, a necessidade de se "construir uma pedagogia inclusiva que reconheça os estudantes com deficiência como sujeitos de direitos, capazes de aprender e de contribuir de maneira significativa para a sociedade" (SILVA et al., 2025, p. 11).

É importante destacar que, no contexto escolar, a tecnologia não pode servir apenas como um recurso complementar. Ela deve atuar como um instrumento de equidade, garantindo que todos tenham oportunidades reais de aprender, interagir e se desenvolver no espaço educacional. Pois, "o uso de tecnologias digitais, aliado a estratégias pedagógicas adaptadas, promove maior engajamento dos alunos, especialmente aqueles com condições específicas de aprendizagem" (CARVALHO et al., 2025, p. 149).

A inserção das tecnologias digitais no processo educacional inclusivo proporcionou o surgimento da chamada Educação Inclusiva 4.0. Mostrando que a tecnologia assistiva está revolucionando o ensino inclusivo, França et al. (2025, p. 15909) afirmam que:

> A Educação Inclusiva 4.0 caracteriza-se ainda pela integração multissensorial de experiências educacionais, onde interfaces adaptativas respondem dinamicamente às necessidades específicas de cada estudante. Tecnologias emergentes como realidade virtual imersiva com *feedback* háptico, sistemas de reconhecimento gestual e interfaces cerebrais diretas expandem significativamente as possibilidades de interação educacional para estudantes com deficiências sensoriais ou motoras severas. Concomitantemente, dispositivos de baixo custo baseados em código aberto democratizam acesso a tecnologias assistivas em contextos de recursos limitados.

A Educação Inclusiva 4.0 destaca-se pelo uso de tecnologias avançadas e acessíveis para promover uma aprendizagem mais personalizada, participativa e equitativa. Por meio de experiências multissensoriais, interfaces adaptativas e recursos como realidade virtual, reconhecimento gestual e interfaces cerebrais, amplia-se a participação de estudantes com deficiências sensoriais ou motoras, favorecendo autonomia e inclusão efetiva.

De acordo com Santos (2025, p. 8):

> A inclusão 4.0 representa uma nova fase na educação, marcada pela integração das tecnologias digitais para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso igualitário ao conhecimento. A chamada "quarta revolução industrial" traz ferramentas que transformam o ensino, tornando-o mais acessível e personalizado.

A Educação Inclusiva 4.0 representa um avanço significativo ao combinar inovação tecnológica e compromisso social para tornar o processo educativo mais acessível, personalizado e participativo. Sua principal característica está na integração multissensorial das experiências de aprendizagem, permitindo que diferentes canais sensoriais [visão, audição, tato e movimento] sejam utilizados de forma articulada para atender às necessidades específicas de cada estudante. Dessa maneira, amplia-se o potencial de aprendizagem, especialmente para alunos que enfrentam

barreiras físicas, sensoriais ou cognitivas no ambiente escolar tradicional.

Outro aspecto relevante é o uso de interfaces adaptativas, capazes de responder dinamicamente ao ritmo, às preferências e às limitações individuais dos estudantes. Isso significa que a tecnologia deixa de ser apenas uma ferramenta de apoio e passa a atuar como mediadora ativa do conhecimento, ajustando conteúdos, atividades e formas de interação em tempo real. Tal personalização favorece a autonomia discente, fortalece a autoestima e contribui para uma aprendizagem mais significativa e equitativa.

Além disso, a valorização de dispositivos de baixo custo e baseados em código aberto possui enorme impacto social, pois democratiza o acesso às tecnologias assistivas em regiões e instituições com poucos recursos financeiros.

Essa perspectiva é fundamental para reduzir desigualdades e garantir que a inovação não fique restrita a contextos privilegiados. Portanto, a Educação Inclusiva 4.0 evidencia que tecnologia e inclusão, quando articuladas de forma ética e planejada, podem transformar a escola em um espaço verdadeiramente acessível, diverso e humanizado.

As tecnologias assistivas e suas contribuições à consolidação da Educação Inclusiva

As tecnologias assistivas surgem como recursos fundamentais para vencer barreiras e garantir uma inclusão efetiva, pois facilitam o acesso ao currículo, fortalecem

habilidades e incentivam a participação ativa dos alunos com necessidades especiais (BIAZUS; RIEDER, 2019).

As tecnologias assistivas possuem grande potencial para transformar a educação especial, favorecendo a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes com necessidades especiais. Contudo, para que esse potencial seja plenamente concretizado, torna-se indispensável um esforço coletivo voltado à superação dos desafios existentes, com investimentos em políticas públicas, formação de educadores e inovação tecnológica.

É importante ressaltar que, nos últimos anos, ampliaram-se as pesquisas acadêmicas relacionadas às tecnologias assistivas e isto tem contribuído para melhorar a utilização de tais recursos no contexto da Educação Inclusiva, favorecendo a prática pedagógica direcionada aos alunos com deficiência.

De acordo com França et al. (2025, p. 15911):

> A Tecnologia Assistiva refere-se a um conjunto de ferramentas, dispositivos e serviços que facilitam a inclusão e a participação plena de indivíduos com deficiência em diversos contextos, particularmente no ambiente educacional. Essa tecnologia não se limita apenas a equipamentos físicos, como cadeiras de rodas e próteses, mas abrange também software e aplicativos que ajudam na comunicação, no aprendizado e na interação social. A definição de Tecnologia Assistiva se estende à sua aplicação, visando reduzir barreiras e aprimorar a autonomia dos usuários, permitindo que alunos com deficiências

> diversas alcancem um nível de educação que, de outra forma, poderia ser inatingível. A relevância de sua utilização é clara, pois a inclusão não é apenas uma demanda moral, mas um imperativo social e educacional, que busca garantir a equidade de oportunidades para todos os estudantes.

Matos e Mendes (2014, p. 56) destacam que "as tecnologias assistivas e as metodologias ativas podem facilitar a inclusão, proporcionando recursos e estratégias que atendam às necessidades individuais dos alunos".

Complementando esse pensamento, Almeida et al. (2024, p. 2076) acrescentam que:

> As tecnologias assistivas na educação especial desempenham função multidimensional que transcende adaptações pontuais para estabelecer novos paradigmas de acesso ao conhecimento, transformando fundamentalmente a relação entre estudantes com deficiência e o ambiente educacional.

As tecnologias assistivas desempenham papel fundamental ao ampliar a autonomia, a comunicação e o acesso ao conhecimento por parte dos estudantes com diferentes necessidades.

Paralelamente, metodologias pedagógicas inovadoras, centradas na participação ativa, na personalização do ensino e no respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem, fortalecem a construção de ambientes escolares mais acolhedores e eficientes. Assim, a tendência é que a educação inclusiva

avance progressivamente, consolidando-se como um modelo educacional capaz de valorizar a diversidade e garantir oportunidades reais para todos.

Os recursos de alta tecnologia representam importantes aliados para a construção de uma educação mais inclusiva, dinâmica e centrada nas necessidades dos estudantes. Ao possibilitarem maior acessibilidade, esses instrumentos reduzem barreiras que historicamente limitaram a participação de alunos com deficiência ou dificuldades específicas de aprendizagem.

Ademais, a personalização promovida por aplicativos inteligentes e plataformas baseadas em inteligência artificial permite adaptar conteúdos, ritmos e estratégias pedagógicas, respeitando as singularidades de cada estudante. Dessa forma, tais tecnologias não apenas ampliam oportunidades de aprendizagem, mas também fortalecem a autonomia, o engajamento e a equidade no ambiente educacional (COSTA, 2026).

Um estudo realizado por Almeida et al. (2024, p. 2084) ressalta que as tecnologias assistivas podem ser classificadas em várias categorias, cada uma atendendo a diferentes necessidades dos alunos com deficiência.

a. Aparelhos auditivos, sistemas de frequência modulada (FM) e legendas em tempo real;

b. Cadeiras de rodas motorizadas, exoesqueletos e outros dispositivos;

c. Dispositivos de comunicação alternativa e aumentativa (CAA);

d. Leitores de tela e softwares de ampliação de texto;

e. Softwares educativos adaptados.

f. Tecnologias de acessibilidade digital (como teclados adaptados e mouses especiais).

O Quadro 1 apresenta a classificação das tecnologias assistivas apresentada por Almeida et al (2024).

Quadro 1. Classificação das tecnologias assistivas

Tecnologia Assistiva	Descrição
Aparelhos auditivos, sistemas de frequência modulada (FM) e legendas em tempo real	Utilizados para alunos com deficiências auditivas, promovendo a inclusão auditiva e a participação ativa em sala de aula.
Cadeiras de rodas motorizadas, exoesqueletos e outros dispositivos	Ajudam alunos com deficiências motoras a se moverem de forma independente.
Dispositivos de comunicação alternativa e aumentativa (CAA)	São fundamentais para alunos com dificuldades de fala ou linguagem, permitindo que eles se comuniquem de forma eficaz por meio de tablets, aplicativos específicos ou dispositivos dedicados, como os comunicadores dinâmicos.
Leitores de tela e softwares de ampliação de texto	Utilizados para alunos com deficiências visuais. Desempenham um papel crucial no acesso ao material escrito, garantindo que os alunos possam acompanhar o conteúdo

	educacional de maneira independente e eficaz.
Softwares educativos adaptados	São ferramentas de apoio à aprendizagem, que oferecem recursos interativos e personalizados para atender às necessidades de alunos com dislexia, TDAH e outras dificuldades de aprendizagem.
Tecnologias de acessibilidade digital	Permitem que alunos com dificuldades motoras interajam com computadores e outros dispositivos eletrônicos.

Fonte: Almeida et al. (2024), adaptado.

Quando se analisa as informações constantes no Quadro 1, constata-se que as tecnologias assistivas podem ser organizadas em diferentes categorias e que cada uma dessas tecnologias foi desenvolvida para apresentar respostas às necessidades específicas dos alunos com deficiência. E mais ainda, para ampliar sua participação no processo educacional.

Ademais, constata-se também que essa diversidade de recursos demonstra que a inclusão escolar exige soluções variadas, capazes de contemplar limitações sensoriais, motoras, cognitivas e comunicacionais de forma personalizada e eficiente. No campo da deficiência auditiva, aparelhos auditivos, sistemas de frequência modulada (FM) e legendas em tempo real favorecem a compreensão das aulas, melhoram a comunicação e reduzem barreiras no ambiente escolar, conforme observam Martins e Sousa (2022).

Já para estudantes com limitações motoras, cadeiras de rodas motorizadas, exoesqueletos e outros dispositivos ampliam a mobilidade, a autonomia e o acesso aos espaços físicos da escola.

Os dispositivos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) são fundamentais para alunos com dificuldades na fala ou na linguagem, pois possibilitam a expressão de ideias, sentimentos e necessidades, fortalecendo a interação social e pedagógica. Da mesma forma, leitores de tela e softwares de ampliação de texto garantem maior acessibilidade para estudantes com deficiência visual, permitindo acesso a conteúdos digitais, livros e atividades escolares (PESSOA et al., 2023).

Também merecem destaque os softwares educativos adaptados, que personalizam estratégias de ensino conforme o ritmo e as necessidades de aprendizagem do estudante, tornando o processo mais significativo.

Complementando esse conjunto, tecnologias de acessibilidade digital, como teclados adaptados e mouses especiais, asseguram melhores condições de uso dos computadores e plataformas educacionais. Tudo isto evidencia que a tecnologia assistiva é um instrumento essencial para promover autonomia, equidade e inclusão efetiva na escola.

Em resumo, a integração da tecnologia à prática docente configura-se como importante aliada na promoção da Educação Inclusiva. Isto porque os recursos digitais podem transformar o ambiente da sala de aula, possibilitando aos professores adaptar conteúdos e criar estratégias pedagógicas

para atender à diversidade de seus alunos. Para haver um melhor uso da tecnologia na Educação Inclusiva, é fundamental compreender como utilizá-la e transformá-la em um recurso pedagógico (KLEIN, 2020).

Desafios que limitam a integração das tecnologias na Educação Inclusiva

Apesar dos avanços tecnológicos e da própria Educação Inclusiva, a utilização das tecnologias digitais na inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar ainda enfrenta uma série de desafios. Nesse sentido, dissertando sobre as estratégias digitais para inclusão dos alunos com deficiência, Santos et al. (2024, p. 7) afirmam que:

> [...] a integração da tecnologia na educação inclusiva apresenta desafios significativos. A falta de formação de professores em tecnologias digitais e a escassez de recursos adaptados são barreiras notáveis. Essas questões sublinham a importância de investimentos contínuos em desenvolvimento profissional para educadores e na criação de recursos tecnológicos que sejam acessíveis e adaptáveis às necessidades dos estudantes.

Deve-se reconhecer que a integração da tecnologia na educação inclusiva ainda é limitada. Além da escassez de recursos adequados, muitos professores não recebem preparo suficiente para utilizar as ferramentas digitais de maneira pedagógica e inclusiva. E isto limita o potencial transformador

dessas tecnologias no cotidiano escolar, mostrando a necessidade de capacitação por parte do professor. Este precisa saber utilizar as tecnologias digitais e, mais, precisa saber transformá-las em instrumentos auxiliares do processo de promoção da Educação Inclusiva.

Complementando esse pensamento, Ferreira e Oliveira (2022, p. 127) enfatizam que:

> A formação docente de professores para utilização de tecnologias assistivas constitui elemento decisivo para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência, transcendendo capacitação técnica para estabelecer nova consciência profissional sobre possibilidades educacionais inclusivas.

Não há dúvidas de que a implementação efetiva de tecnologias assistivas depende fundamentalmente da preparação adequada dos professores que atuam na Educação Inclusiva. Sem essa preparação, os recursos disponíveis jamais serão utilizados em sua plenitude pedagógica, fato que revela a importância da preparação docente.

Entretanto, apesar de enfrentar obstáculos, a incorporação de tecnologia na Educação Inclusiva se configura como sendo uma grande oportunidade para alunos com deficiência, abrindo portas sem precedentes, fazendo com que estes alunos ampliem o poder da imaginação e se desenvolvam de forma cognitiva.

Considerações Finais

Na Educação Inclusiva, a utilização de tecnologias digitais, combinada com estratégias pedagógicas adaptadas, produz um maior envolvimento dos alunos em sala de aula, principalmente daqueles que possuem necessidades específicas de aprendizagem. Em casos específicos, para alguns alunos com deficiência, existe a necessidade de se adotar recursos visuais e linguísticos acessíveis, objetivando diminuir as chamadas barreiras educacionais, ampliando as oportunidades de participação e de interação.

No entanto, a escassez de equipamentos acessíveis, softwares especializados e de materiais adaptados evidencia desigualdades que comprometem o desenvolvimento da Educação Inclusiva e, consequentemente, a efetivação da inclusão. Sem investimentos consistentes, corre-se o risco de a tecnologia reforçar exclusões já existentes, em vez de superá-las.

Por essa razão, torna-se indispensável promover políticas públicas e ações institucionais voltadas à capacitação contínua dos professores e à oferta de recursos tecnológicos flexíveis, acessíveis e alinhados às diversas formas de aprender. Somente dessa forma, a tecnologia poderá cumprir seu papel de instrumento de equidade e democratização do ensino.

Em resumo, para que a Educação Inclusiva mediada por tecnologias produza resultados efetivos, é necessário investir na formação continuada dos professores. Pois, não

basta oferecer equipamentos digitais sem preparar os docentes para utilizá-los de forma pedagógica e inclusiva. Capacitados, os professores desenvolvem habilidades para selecionar recursos, adaptar metodologias e ampliar a participação de seus alunos no processo de aprendizagem.

Isto se torna necessário, porque na Educação Inclusiva as tecnologias não podem ser vistas apenas como instrumentos auxiliares do processo educativo. Elas precisam transformar o currículo, enriquecendo as práticas pedagógicas, tornando o ensino mais acessível e favorecendo especialmente alunos com deficiência.

Referências

ALMEIDA, Armstrong Pereira de; MENEZES, Luciana dos Santos Andrade; PALMEIRA, Patrícia Anchieta; PEDREIRA NETO, Belardino Souza; SANTOS, Antônio José Santana dos; GOBATO, Andressa Accadrolli; SANTOS, Josefa Celestina dos; SANTANA, Ana Paula de; BATISTA, Silvanete da Silva; SANTOS, Marcos Pereira dos; GOULART, Alexandra Pereira; NOVAIS, Josenilda Quitéria Ramos; PICININ, Denise Aparecida de Souza; SENÁRIO, Flávia Fabiane Fernandes. A função das tecnologias assistivas na educação especial: ferramentas e recursos para a aprendizagem. **Revista Ibero-Americana de Humanidades Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 2074-2092, 2024.

BIAZUS, Graziela Ferreira; RIEDER, Carlos Roberto Mello. O uso da tecnologia assistiva na educação inclusiva no ambiente escolar: revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, v. 32, n. 1, p. 109-126, 2019.

CARVALHO, Ivana Fontoura; BASSOUS, David Nascimento; OLIVEIRA, Fátima Helena Martins de; TEIXEIRA, Gerlinde Agate Platais Brasil; LACERDA, Thiago Corrêa. Tecnologias digitais e educação inclusiva: uma revisão sistemática sobre práticas pedagógicas e ferramentas tecnológicas. **Educação, Formação & Tecnologias**, v. 13, n. 1, p. 137-156, 2025.

COSTA, Joskarlleny Candido. Tecnologias assistivas e educação inclusiva: caminhos para acessibilidade e a efetivação da aprendizagem no contexto escolar. Revista Tópicos, Ano IV, v. 4, n. 32, p. 1-34, abr., 2026.

FERREIRA, Rejane Isabel; OLIVEIRA, Bruna Carla Rodrigues de. Formação docente de professores e as tecnologias assistivas para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência. **Revista Profissão Docente**, v. 22, n. 47, p. 1–12, 2024.

FRANÇA, Leticia Fernandes; SILVA, Jeane de Abreu; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; MENDES, Kelly Cristina Maria de Souza; BATISTA, Moésia da Cunha. Educação inclusiva 4.0: tecnologia assistiva está revolucionando o ensino. **Revista Aracê**, v. 7, n. 4, p. 15906-15921, 2025.

KLEIN, Danieli Regina; CANEVESI, Fernanda Cristina Sanches; FEIX, Ângela Regina; GRESELE, Jizéli Fonseca Parreira; WILHELM, Elizane Maria de Siqueira. Tecnologia na educação: evolução histórica e aplicação nos diferentes níveis de ensino. **Educere - Revista da Educação da UNIPAR,** v. 20, n. 2, p. 279-299, jul.-dez., 2020.

MARTINS, Ana Patricia Sá; SOUSA, Aline Carvalho de. A língua brasileira de sinais no ensino regular: uma proposição

inclusiva para educação bilíngue de alunos surdos e ouvintes no contexto de ensino remoto. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. e022079-e022079, 2022.

MARTORELLI, Bárbara Cristina Paulucci Cordeiro. O uso das tecnologias em uma perspectiva inclusiva. **Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias**, v. 1, n. 2, jul-dez, 2014.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, v. 10, n. 16, p. 35- 59, 2014.

PESSOA, Marilia Teofilo Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; PÁSSARO, Eloisa Rodrigues; NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. O uso da tecnologia digital no auxílio da criança com transtorno de aprendizagem: um relato de experiência. **Revista Expressão Católica**, v. 12, n. 2, p. 64–75, 2023.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; RAMOS, Dayana Passos; PEREIRA, Diego Antônio de Souza; BOECHAT, Gisela Paula Faitanin. Educação e tecnologia: estratégias digitais para inclusão de alunos com necessidades especiais. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 3, p. 1-20. 2024.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana (org.). **O papel da tecnologia na transformação da educação**. Volume 1. Formiga-MG: MultiAtual, 2025.

SILVA, Antônio Veimar da; FIRMINO, Maria Aparecida Dias; SILVA, Carla Michelle da; BANDEIRA, Maria Helena; SOARES, Dlayne Giordana Pereira; TORRES, Francisca Gecielma de Oliveira; ARAÚJO, Débora Carvalho de;

ARAÚJO, Barbara Gil de. A inclusão digital na educação de alunos com deficiência: desafios e possibilidades para uma pedagogia inclusiva. **Revista PPC - Políticas Públicas e Cidades**, v. 14, n. 9, p. 1-22, 2025.

GEASE